

Sexta-feira, 6 de Agosto de 1976



# DIÁRIO

# da Assembleia da República

I LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

## SESSÃO DE 5 DE AGOSTO

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Vasco da Gama Fernandes

**Secretários:** Ex.<sup>mo</sup> Srs. Alberto Augusto Martins da Silva Andrade  
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo  
 Maria José Paulo Sampaio  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida

**SUMÁRIO:** — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 30 minutos.

Aprovado o n.º 13 do Diário, iniciou-se o debate sobre o programa do Governo, apresentado na sessão anterior pelo Sr. Primeiro-Ministro.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Álvaro Cunhal (PCP), Barbosa de Melo (PPD), Sérvelo Correia (PPD), Freitas do Amaral (CDS), Salgado Zenha (PS), Acácio Barreiros (UDP) e António Reis (PS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 19 horas e 35 minutos.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.  
 Agostinho Martins do Vale.  
 Albano Pereira da Cunha Pina.  
 Alberto Arons Braga de Carvalho.  
 Alberto Augusto Martins da Silva Andrade.  
 Alberto Marques Antunes.  
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.  
 Alcides Strecht Monteiro.  
 Alfredo Fernando de Carvalho.  
 Alfredo Pinto da Silva.  
 Álvaro Monteiro.  
 António Alberto Monteiro de Aguiar.  
 António Barros dos Santos.  
 António Cândido de Miranda Macedo.  
 António Carlos Ribeiro Campos.  
 António Chaves Medeiros.

António Duarte Arnaut.  
 António Fernandes da Fonseca.  
 António Fernando Marques Ribeiro Reis.  
 António Jorge Moreira Portugal.  
 António Oliveira Aires Rodrigues.  
 António José Pinheiro da Silva.  
 António José Sanches Esteves.  
 António Magalhães da Silva.  
 António Manuel de Oliveira Guterres.  
 António Riço Calado.  
 Aquilino Ribeiro Machado.  
 Armando dos Santos Lopes.  
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.  
 Bento Elísio de Azevedo.  
 Carlos Alberto Andrade Neves.  
 Carlos Cardoso Lage.  
 Carlos Jorge Santos Ferreira.  
 Carlos Manuel da Costa Moreira.  
 Carmelinda Maria dos Santos Pereira.  
 Delmiro Manuel Sousa Carreira.  
 Edmundo Pedro.  
 Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes.  
 Fernando Jaime Pereira de Almeida.  
 Fernando Reis Luís.  
 Fernando Tavares Loureiro.  
 Fernando Torres Marinho.  
 Florêncio Joaquim Quintas Matias.  
 Florival da Silva Nobre.  
 Francisco de Almeida Salgado Zenha.  
 Francisco António Barracosa.  
 Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto.  
 Francisco Alberto Pereira Ganhitas.  
 Francisco Igrejas Caeiro.

Francisco Patrocínio Martins.  
 Francisco Soares Mesquita Machado.  
 Gualter Viriato Nunes Basílio.  
 Herculano Rodrigues Pires.  
 Herlânder dos Santos Estrela.  
 Jerónimo Silva Pereira.  
 João Francisco Ludovico Costa.  
 João Joaquim Gomes.  
 João da Silva.  
 Joaquim da Costa Pinto.  
 Joaquim José Catanho de Meneses.  
 Joaquim Oliveira Rodrigues.  
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.  
 José Alberto Menano Cardoso do Amaral.  
 Jorge Augusto Barroso Coutinho.  
 José Borges Nunes.  
 José Cândido Rodrigues Pimenta.  
 José Ferreira Dionísio.  
 José Gomes Fernandes.  
 José Justiniano Tabuada Brás Pinto.  
 José Manuel Niza Antunes Mendes.  
 José Maria Parente Mendes Godinho.  
 José Maximiniano de Albuquerque de Almeida Leitão.  
 José de Melo Torres Campos.  
 José dos Santos Francisco Vidal.  
 Luís Abílio da Conceição Cacito.  
 Manuel Barroso Proença.  
 Manuel do Carmo Mendes.  
 Manuel Francisco da Costa.  
 Manuel João Cristino.  
 Manuel Joaquim de Paiva Pires.  
 Manuel Lencastre Meneses Sousa Figueiredo.  
 Manuel da Mata de Cáceres.  
 Manuel Pereira Dias.  
 Maria Alzira Costa de Castro Lemos.  
 Maria de Jesus Simões Barroso Soares.  
 Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio.  
 Mário António da Mota Mesquita.  
 Raúl da Assunção Pimenta Rêgo.  
 Rui Paulo do Vale Valadares.  
 Sérgio Augusto Nunes Simões.  
 Telmo Ferreira Neto.  
 Teófilo Carvalho dos Santos.  
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.  
 Victor Manuel Ribeiro Fernandes de Almeida.  
 Vítor Manuel Ribeiro Constâncio.

#### Partido Popular Democrático (PPD)

Afonso de Ferreira de Moura Guedes.  
 Albino Aroso Ramos.  
 Álvaro Barros Marques Figueiredo.  
 Amândio Anes de Azevedo.  
 Amantino Marques Pereira de Lemos.  
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo  
 Américo de Sequeira.  
 António Augusto Gonçalves.  
 António Augusto Lacerda de Queiroz.  
 António Egídio Fernandes Loja.  
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.  
 António Joaquim Veríssimo.  
 António Júlio Correia Teixeira da Silva.  
 António Júlio Simões de Aguiar.  
 António Luciano Pacheco de Sousa Franco.  
 António Moreira Barbosa de Melo.

Arcanjo Nunes Luís.  
 Arnaldo Ângelo de Brito Lhamas.  
 Artur Videira Pinto da Cunha Leal.  
 Eduardo José Vieira.  
 Fernando Adriano Pinto.  
 Fernando José Sequeira Roriz.  
 Fernando José da Costa.  
 Francisco Barbosa da Costa.  
 Francisco Braga Barroso.  
 Gabriel Ribeiro da Frada.  
 Henrique Manuel de Pontes Leça.  
 João António Martelo de Oliveira.  
 João Gabriel Soeiro Carvalho.  
 João Lucílio Cacela Leitão.  
 João Manuel Ferreira.  
 Joaquim Guerra de Oliveira Alfaia.  
 Jorge de Figueiredo Dias.  
 Jorge Manuel Moura Loureiro de Miranda.  
 José Adriano Gago Vitorino.  
 José Ângelo Ferreira Correia.  
 José António Camacho.  
 José António Nunes Furtado Fernandes.  
 José Augusto Almeida de Oliveira Baptista.  
 José Bento Gonçalves.  
 José Ferreira Júnior.  
 José Gonçalves Sapinho.  
 José Joaquim Lima Monteiro de Andrade.  
 José Júlio de Carvalho Ribeiro.  
 José Manuel Menéres Sampaio Pimentel.  
 José Rui Sousa Fernandes.  
 José Sérvulo Correia.  
 Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho.  
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.  
 Manuel da Costa Andrade.  
 Manuel da Cunha Rodrigues.  
 Manuel Henriques Pires Fontoura.  
 Manuel Joaquim Moreira Moutinho.  
 Manuel Sérgio Garcia Vila-Lobos Meneses.  
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta.  
 Mário Júlio Montalvão Machado.  
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.  
 Olívio da Silva França.  
 Rúben José de Almeida Martins Raposo.  
 Sebastião Dias Marques.  
 Vasco Valentim Batista de Carvalho.  
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

#### Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.  
 Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.  
 Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.  
 Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.  
 António Jacinto Martins Canaverde.  
 Carlos Alberto Faria de Almeida.  
 Carlos Galvão de Melo.  
 Diogo Pinto Freitas do Amaral.  
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.  
 Emílio Leitão Paulo.  
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.  
 Francisco António Lucas Pires.  
 Francisco Manuel Farromba Vilela.  
 Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias.  
 João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca.  
 João Gomes de Abreu de Lima.

João José Magalhães Ferreira Polido de Almeida.  
 João Lopes Porto.  
 João da Silva Mendes.  
 José Cunha Simões.  
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.  
 José Luís Rebocho de Albuquerque Christo.  
 José Manuel Cabral Fernandes.  
 José Manuel Macedo Pereira.  
 José Vicente de Jesus de Carvalho Cardoso.  
 Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.  
 Luís Esteves Ramires.  
 Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos.  
 Maria José Paulo Sampaio.  
 Narana Sinai Coissoró.  
 Nuno Kruz Abecasis.  
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.  
 Rui Fausto Fernandes Marrana.  
 Ruy Garcia de Oliveira.  
 Vítor Afonso Pinto da Cruz.  
 Vítor António Augusto Nunes de Sá Machado.  
 Walter Francisco Burmester Cudell.

**Partido Comunista Português (PCP)**

Alvaro Augusto Veiga de Oliveira.  
 Alvaro Barreirinhos Cunhal.  
 Américo Lázaro Leal.  
 António Dias Lourenço da Silva.  
 António Marques Matos Zuzarte.  
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.  
 Carlos Alfredo de Brito.  
 Carlos Campos Rodrigues da Costa.  
 Carlos Hahnemann Saavedra de Aboim Inglês.  
 Custódio Jacinto Gingão.  
 Domingos Abrantes Ferreira.  
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.  
 Fernanda Peleja Patrício.  
 Fernando de Almeida Sousa Marques.  
 Francisco Miguel Duarte.  
 Georgette de Oliveira Ferreira.  
 Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira.  
 Jaime dos Santos Serra.  
 Jerónimo Carvalho de Sousa.  
 Joaquim Gomes dos Santos.  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
 José Manuel Paiva Jara.  
 José Pedro Correia Soares.  
 José Rodrigues Vitoriano.  
 Lino Carvalho de Lima.  
 Manuel Duarte Gomes.  
 Manuel Gonçalves.  
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão.  
 Manuel do Rosário Moita.  
 Maria Alda Barbosa Nogueira.  
 Nicolau de Ascensão Madeira Dias Ferreira.  
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.  
 Raúl Luís Rodrigues.  
 Severiano Pedro Falcão.  
 Vital Martins Moreira.  
 Vítor Manuel Benito da Silva.  
 Vítor Henrique Louro e Sá.

**União Democrática Popular (UDP)**

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

O Sr. Presidente: — Estão presentes 232 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 15 horas e 30 minutos.*

Entretanto, o Governo tinha ocupado já a respectiva bancada.

O Sr. Presidente: — Está em aprovação o n.º 13 do Diário.

*Pausa.*

Considero-o aprovado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvaro Cunhal.

O Sr. Alvaro Cunhal (PCP): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros: O PCP considera que a formação, a composição política e o programa deste Governo não correspondem às exigências da situação actual.

Em primeiro lugar, é um Governo minoritário, que conta com pouco mais de um terço do eleitorado. Não é a solução democrática num regime que dá os primeiros passos e pretende que os órgãos do poder, oriundos do sufrágio universal, traduzam a vontade da maioria.

Em segundo lugar, sendo minoritário tanto nesta Assembleia como na opinião nacional, falta-lhe uma base suficiente de apoio para a realização de uma política que, se quiser resolver os problemas que Portugal defronta, necessitará da aprovação, do interesse e da participação confiante da maioria do povo português, a começar pelas classes trabalhadoras.

Em terceiro lugar, o programa que apresenta a esta Assembleia anuncia uma orientação que, a nosso ver, não dá resposta clara aos problemas políticos, económicos, sociais e culturais que atinjam a sociedade portuguesa. Em muitos aspectos, poderá mesmo agravá-los.

Esta nossa opinião não parte de ideias feitas nem da vontade de tomarmos uma atitude de contestação sistemática.

E por isso começamos por registar, como positivas, algumas ideias programáticas e algumas formulações do programa do Governo e da intervenção do Sr. Primeiro-Ministro.

Entretanto, apesar de algumas ideias programáticas e afirmações positivas, o próprio programa e a prática política do PS deixam-nos sérias preocupações quanto à orientação real que o Governo pretende seguir no que respeita aos problemas cruciais do momento presente.

Muitas orientações ficam no vago e outras, e fundamentais, ficam adiadas para futuros planos econô-

nicos e futuros projectos de lei que em si anunciam transformações de fundo, sem que nos seja dito em que sentido.

No decurso deste debate o Grupo Parlamentar do Partido Comunista fará observações diversas acerca do programa. Mas desde já, nesta intervenção inicial, no que respeita ao meu partido, referirei alguns pontos que consideramos essenciais.

1. Comecemos pelo problema da liberdade. O Partido Comunista considera como um dos objectivos essenciais na presente situação a defesa e a consolidação das liberdades democráticas consagradas na Constituição.

A liberdade é um bem precioso, que estamos empenhados em salvaguardar e em transformar numa característica definitiva da sociedade portuguesa.

Registámos, por isso, com atenção, as afirmações do Sr. Primeiro-Ministro acerca da sua intenção de assegurar em todo o território nacional o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos.

São afirmações positivas.

Vemos, porém, através do programa do Governo, que este parece mais preocupado com aquilo que chama algumas «formas ditas de luta» dos trabalhadores do que com a violência reaccionária e o terrorismo fascista, que só muito vagamente refere.

Não somos nós, comunistas, defensores de certas formas de luta que consideramos inadequadas. Mas dir-se-ia que, no entender do Governo, são os trabalhadores os grandes perturbadores da ordem democrática, esquecendo as arruaças, actos de força e constantes violências de elementos reaccionários.

Não podemos deixar de lembrar que existem vastas zonas no território nacional onde caciques locais instauraram um clima de intimidação e violência, impedindo de facto o exercício das liberdades.

É por isso oportuno, ao discutir-se o programa do Governo, lembrar que o regime democrático consagrado na Constituição não é de âmbito regional, mas nacional, e, por isso, obrigatório em todo o território português. Em todo o território é necessário fazê-lo respeitar.

Todos nos lembramos de que o artigo 8.º da Constituição fascista anotara demagogicamente liberdades e direitos no preciso momento em que eram espezinhados. É, porém, necessário estar-se atento para que as regulamentações das liberdades e as práticas de comportamento político não limitem ou adultem as próprias liberdades.

No que respeita à liberdade de expressão do pensamento, designadamente à liberdade de imprensa, o Programa do Governo indica uma orientação para os grandes meios de comunicação social, que mais parece apostada em assegurar a sua utilização pelo partido no poder do que assegurar o pluralismo, de que tanto se proclama.

A prática dos últimos meses na TV, na rádio, na imprensa estatizada, até no próprio dia da apresentação do Programa do Governo nesta Assembleia mostrou como alguns entendem o pluralismo.

O Programa não revela clara intenção do Governo rectificar esta orientação da informação.

Não é de aceitar que o País continue a pagar 600 000 contos anuais para que a imprensa estatizada se torne um instrumento do partido no poder, passando, assim, na prática, o departamento da pro-

paganda do mesmo partido a desenvolver grande parte da sua acção à custa dos dinheiros públicos.

Aquilo que o Programa anuncia no que respeita à imprensa regional, sem referência a numerosos órgãos de propaganda fascista vindos da ditadura e que conservaram os seus redutos na província, poderá agravar ainda mais essa tendência para a utilização dos fundos públicos na protecção ou fomento de órgãos de imprensa favoráveis ao poder.

Coisa semelhante se pode dizer do projecto de criação do Instituto de Sondagens da Opinião Pública que, como a experiência mostra, se poderá converter num instituto de manipulação da opinião pública ao serviço do partido governante.

Ainda no que respeita à liberdade de imprensa, perguntámos ao Sr. Primeiro-Ministro que medidas projecta o Governo tomar para impedir as campanhas de injúrias e calúnias e a propaganda fascista. E o Sr. Primeiro-Ministro apenas nos disse que cabe aos tribunais julgar os delitos e que as decisões dos tribunais são sagradas.

Pela nossa parte fazemos justiça àqueles magistrados que nos dias de hoje, como já no tempo do fascismo, decidem com independência e segundo a sua consciência.

Mas o aparelho judicial enquanto não só absolver como elogiar caluniadores, enquanto for o poço sem fundo onde caem sem êxito reclamações e queixas de cidadãos ofendidos, enquanto decidir libertar condicionalmente assassinos de dirigentes sindicais, apesar de ter acabado de condená-los, enquanto, à maneira dos velhos tempos, for dominado por espírito de classe, da classe exploradora, castigando os fracos e protegendo os poderosos — esse aparelho judicial não poderá considerar-se sagrado e intocável. É necessário modificá-lo corajosamente e torná-lo parte integrante e condigna do novo Estado democrático.

O Sr. Primeiro-Ministro e o Programa do Governo anunciam ainda a elaboração de uma nova lei regulamentadora do direito à greve, mas não nos dizem em que sentido.

Quando foi publicada aquela que está em vigor todos nos lembramos de que o PS, cujos ministros a aprovaram no Governo, a combateu na rua, dizendo ser demasiado restritiva do direito à greve. Mantém o PS tal opinião? É seu projecto propor o alargamento do direito à greve, como defendia então (em oposição ao Governo do qual fazia parte, mas que contestava), ou à restrição desse direito, agora que tem todas as responsabilidades do Governo e pretende a recuperação económica? Era bom que isto fosse desde já definido, pois contribuiria para o esclarecimento não apenas da política do Governo em relação às liberdades, mas também em relação ao processo de recuperação económica.

Finalmente, nesta matéria, consideramos positiva a afirmação contida no Programa de que se «porá fim a saneamentos baseados em discriminações ideológicas» (p. 9).

O que não fica claro é se o objectivo é a reintegração de fascistas no aparelho de Estado e em lugares de responsabilidade ou a cessação dos saneamentos à esquerda, de comunistas ou de pessoas acusadas de comunistas, que prosseguem no aparelho de Estado e em órgãos de direcção económica.

O propósito do Governo de (em vez de procurar uma outra solução nos vários sectores da economia nacional) integrar no funcionalismo, incluindo nas autarquias, 100 000 funcionários vindos das ex-colónias (aos quais o Sr. Primeiro-Ministro entende ser injurioso chamar «retornados», ainda que na sua própria intervenção sempre assim lhes tenha chamado) ...

*Risos.*

... não é de molde a tranquilizar quanto à isenção ideológica do comportamento do Governo em matéria de saneamentos.

É tempo de acabar a caça às bruxas, designadamente as discriminações anticomunistas. Os comunistas, tal como quaisquer outros democratas, são cidadãos a título inteiro, com plenitude de direitos e deveres. E a democracia portuguesa continuará por realizar enquanto tais discriminações persistirem no próprio aparelho de Estado.

A solução dos problemas nacionais vai ser muito complexa. Medidas antipopulares encontrão resistência popular, por muito que um Governo proclame o império de leis que elabore.

Mal será se o futuro Governo, não conseguindo ganhar o povo para a sua política, entendesse recorrer à limitação das liberdades e a medidas repressivas. Os grandes problemas nacionais exigem soluções políticas, e não soluções administrativas e repressivas. Este é o ponto de vista essencial de qualquer governo democrático.

2. Um segundo problema: a dinâmica da recuperação económica e as conquistas da Revolução.

O programa apresenta vários factores que intervieram para criar a difícil situação económica que atravessamos.

São, porém, sintomáticos alguns factos.

O primeiro: procura responsabilizar os trabalhadores através do que chama a «explosão reivindicativa», o absentismo, a indisciplina, a baixa de produtividade, os meios de luta ilegítimos.

O segundo: coloca em último lugar a sabotagem económica, que (com o desvio e a fuga de capitais, a descapitalização, a anulação de encomendas, a redução de produção, as tentativas de encerramento de empresas) procurou deliberadamente conduzir (e se não fossem os trabalhadores teriam conduzido) à catástrofe a economia nacional.

O terceiro: não refere formas de pressão económica do imperialismo sobre Portugal, com as recusas de créditos e investimentos, a anulação de encomendas, o corte de fornecimentos essenciais em certos ramos da indústria, campanhas contra o envio de remessas de emigrantes e a afluência de turistas.

O quarto: não refere as hesitações dos Ministérios e sectores governamentais responsáveis pelas questões económicas e financeiras.

A apreciação das causas da difícil situação levaram-nos-ia, sem dúvida, muito longe e é preferível neste debate voltarmo-nos preferencialmente para a solução das dificuldades. Entretanto, o breve apontamento das causas é também necessário, pois é em larga medida nos critérios usados na determinação das causas que assentam as medidas para sair da crise.

Sem qualquer dúvida que a situação económica e financeira é difícil e exige medidas urgentes, que da nossa parte há muito reclamamos.

Cremos ter sido os primeiros a chamar a atenção para o excesso do consumo nacional em relação à produção e a quantificar a diferença nos 50 milhões de contos.

Este *deficit*, que se espalha por toda a economia nacional em situações deficitárias sectoriais, necessita de ser rapidamente reduzido, tendo como objectivo a sua ulterior extinção.

Nos seus termos mais gerais, a solução tem de encontrar-se em duas direcções claras e convergentes: aumento da produção e desenvolvimento económico; diminuição de consumos.

Toda a questão reside em saber qual a dinâmica possível e desejável para o aumento de produção e quais os consumos que haverá que reduzir.

Segundo o PCP, o caminho para a redução dos consumos não pode ser o do agravamento das condições de vida dos trabalhadores e das camadas laboriosas da população (como o Programa deixa antever), mas o da redução dos consumos sumptuários das camadas parasitárias e uma política de austeridade que comece por cortar consumos públicos e privados de secundária importância.

O caminho para o aumento da produção e para o desenvolvimento não pode ser o da recuperação capitalista e do agravamento da exploração dos trabalhadores (como o Programa deixa antever), mas o da consolidação e prosseguimento das transformações estruturais realizadas com as nacionalizações, a Reforma Agrária e o *contrôle* operário, ou seja, dentro da perspectiva do socialismo.

Pensam alguns que seria possível reanimar a economia com a liquidação das transformações revolucionárias alcançadas, com a retomada do poder económico pelo grande capital e dos latifúndios pelos agrários, com o radical agravamento da exploração e das condições de vida dos trabalhadores, com o regresso a uma dinâmica de desenvolvimento do capitalismo monopolista.

A nosso ver, há que fazer desaparecer definitivamente a ilusão de que tal possa acontecer no nosso país.

Em primeiro lugar, mesmo considerando apenas os aspectos económicos, a retomada do poder económico pelo grande capital e pelos latifundiários provocaria perturbações em todo o sistema económico incomparavelmente mais profundas e graves do que a que provocou o processo revolucionário dos dois últimos anos.

Em segundo lugar, essa retomada não será possível enquanto o nosso povo goze das liberdades democráticas. Com uma nova ditadura, com uma verdadeira catástrofe nacional, seria certamente possível. Mas não o será em democracia.

Por isso insistimos em afirmar que, no quadro das instituições democráticas, a estabilidade, a reanimação económica e uma política de desenvolvimento têm de assentar na defesa e na consolidação das grandes conquistas da Revolução, designadamente das nacionalizações, da Reforma Agrária, do *contrôle* operário e da gestão pelos trabalhadores das empresas que o patronato reaccionário conduziu à beira da falência e do encerramento.

Registamos como positivo que o Sr. Primeiro-Ministro, assim como o Programa do Governo, considerem irreversíveis essas conquistas. Registamos como positivo que o Sr. Primeiro-Ministro (em resposta a perguntas dos Deputados do nosso partido) tenha afirmado que o Governo não procederá a quaisquer desnacionalizações nem admitirá a criação de empresas privadas concorrentes nos sectores nacionalizados (banca e outros) nem a participação de capitais nas empresas nacionalizadas.

Registamos ainda que (também em resposta a perguntas dos Deputados comunistas) tinha afirmado que o Governo está decidido a fazer aplicar a Lei da Reforma Agrária em toda a zona de intervenção.

São compromissos que retemos e que, caso a Assembleia da República não rejeite o Programa, certamente o nosso povo, se necessário, relembrará ao Governo.

Entretanto, apesar destas palavras, tanto o Programa como a falta de resposta a pedidos de esclarecimento, como muitos factos recentes, levam-nos a concluir que o Governo não dá garantia suficiente de defender todas estas conquistas da Revolução.

Se em relação às nacionalizações algumas respostas do Sr. Primeiro-Ministro foram claras, já o não foram em relação às empresas onde se verificou a intervenção do Estado e que se não podem considerar presentemente, de uma maneira simples, como fazendo parte dos sectores entregues à iniciativa privada.

A pergunta feita pelo Grupo Parlamentar Comunista — é intenção do Governo entregar aos empresários as empresas que eles sabotaram, deixando-as à beira da falência e do encerramento? — o Sr. Primeiro-Ministro não respondeu.

Entendemos dever distinguir-se entre a garantia à iniciativa privada em vastos sectores (e o PCP está de acordo e defende uma tal garantia) e a restituição (que condenamos) aos antigos empresários das centenas de empresas que sabotaram, defraudaram, descapitalizaram, conduziram à beira da ruína e que se encontram sob *contrôle* ou gestão dos trabalhadores.

Nestes casos, a intervenção do Estado e o *contrôle* e gestão dos trabalhadores salvaram centenas de empresas da completa liquidação. Em muitas delas os trabalhadores, com o auxílio do Estado, mantiveram as empresas em actividade, asseguraram mercados e melhoraram a situação financeira. Não é de aceitar que os antigos empresários responsáveis pela degradação das empresas venham agora a beneficiar do esforço e sacrifícios dos trabalhadores.

Em numerosos casos a gestão dos trabalhadores conseguiu êxitos notáveis na estabilização e actividade das empresas. Esse foi o caso, por exemplo, entre muitos, da Facar. E mesmo assim é recente a tentativa de recuperação patronal.

Casos como os da Têxtil Manuel Gonçalves, da Martins e Rebello, Pão de Açúcar e outras, a nosso ver, não devem continuar.

O *contrôle* operário, ou o «*contrôle* de gestão» como lhe chamou a Constituição, é uma das grandes conquistas consagradas na Constituição e que há que salvaguardar como um dos elementos motores de capital importância para a dinamização da economia.

O Sr. Primeiro-Ministro e o programa insistem em que observarão este princípio constitucional.

Notamos entretanto que o Sr. Primeiro-Ministro não respondeu às perguntas dos Deputados comunistas: É intenção do Governo nomear e impor comissões directivas contra a vontade dos trabalhadores? E intervir contra o *contrôle* de gestão pelos trabalhadores?

Naturalmente as perguntas eram muitas e o Sr. Primeiro-Ministro não podia responder a todas. Aguardando esclarecimentos complementares, temos como resposta as tentativas de recuperação patronal em numerosos casos, o texto do programa, o que se passou nos últimos dias do VI Governo Provisório. Os factos permitem concluir que a institucionalização do *contrôle* de gestão que o Governo tem em vista não será mais do que uma tentativa de efectiva distorção ou mesmo liquidação do *contrôle* operário, tornando os operários instrumento, sejam nuns casos, do patronato, ou do burocratismo das administrações, noutras casos.

De facto, o decreto-lei que, com grande insistência dos Ministros do PS e com o voto do Ministro do PPD, foi aprovado nos últimos dias do Governo Provisório, e que não chegou a ser promulgado, correspondia, a nosso ver, à liquidação efectiva dessa conquista revolucionária.

Este decreto-lei dava, aliás, plena razão à afirmação do Dr. Sá Carneiro feita aos seus anfitriões americanos do clube respectivo, segundo o qual, se a memória me não falha, o importante não era a consagração na Constituição do *contrôle* de gestão mas a regulamentação que se fizesse.

O PCP — e estamos certos que os trabalhadores — lutará naturalmente pela salvaguarda desta grande conquista revolucionária essencial para a reanimação económica e para uma política de desenvolvimento na perspectiva do socialismo.

No que se refere à Reforma Agrária também se colocam muitas interrogações e preocupações.

O Programa do Governo contém muitas afirmações de ordem geral que são mais um enunciado do que uma resposta concreta aos problemas postos.

Não tivemos resposta do Sr. Primeiro-Ministro a numerosas perguntas que fizemos nesta matéria. Algumas ficam de pé e a resposta que lhes seja dada será em larga medida a resposta à questão basilar: Pretende o Governo fazer prosseguir a Reforma Agrária ou reconvertê-la a um processo capitalista?

Porque do apoio às cooperativas e unidades colectivas de produção ou das dificuldades que lhes sejam criadas, do crédito concedido ou do crédito recusado, da manutenção da viabilidade das novas explorações ou da sua desagregação pela desanexação de herdades, do exercício do direito de reserva respeitando os interesses das novas unidades ou como instrumento da sua destruição, do respeito pela independência e autonomia das cooperativas e unidades colectivas no que respeita à gestão e à contabilidade, ou pela tentativa do seu *contrôle* dirigista e burocrático — da resposta num sentido ou outro que seja dado a essas questões, dependerá uma política de consolidação e prosseguimento da Reforma Agrária ou a tentativa da sua liquidação.

O Programa enuncia muitas outras questões da máxima importância sem adiantar quais são os projectos do Governo. O que pensa do estatuto da terra? Atribuição às cooperativas e unidades colectivas de

produção a título de usufruto perpétuo, como nós defendemos? E o que pensa o Governo dos outros meios de produção? Dádiva, cedência, venda, amortizações? E sobre as indemnizações? Continua a pensar-se indemnizar mesmo aqueles que perderam constitucionalmente esse direito?

Certas práticas, processos e despachos verificados no Ministério da Agricultura nos últimos tempos são de molde a aumentar as nossas preocupações.

A Reforma Agrária tornou já possível um aumento notável da produção agrícola, que poupar ao País a importação de centenas de milhar de toneladas de cereais.

Quando se fala da crise económica, dos *deficits* das balanças comercial e de pagamentos, do esgotamento de divisas, da necessidade de aumentar a produção, a omissão no Programa do Governo da importância do grande êxito da Reforma Agrária revela uma atitude que define, a nosso ver, um sentido da política.

Muito haveria que dizer sobre o Programa na parte relativa à política no domínio da agricultura. Outros camaradas meus voltarão ao problema ainda neste debate.

Mas antes de finalizar este assunto gostaria de sublinhar dois pontos:

O primeiro é que é necessário dar resposta pronta aos interesses e aspirações dos pequenos e médios agricultores, fazendo cumprir a lei do arrendamento rural, dando ajuda em créditos, em apoio técnico, no acesso aos mercados, restituindo os baldios às populações, aligeirando os impostos que atingem os de menos recursos.

O segundo é que todas as medidas relativas à Reforma Agrária devem ter em conta a vontade dos trabalhadores. Contra a vontade dos trabalhadores nem se realiza a Reforma Agrária, nem se contrói a democracia.

O aumento da produção e a reanimação das actividades produtivas apontada para uma política de desenvolvimento não se alcança com palavras, com esquemas rígidos e imposições burocráticas, com o anúncio promissor de facilidades e iniciativas do Estado sem recursos para realizá-las.

O Governo pedirá sacrifícios. E a quem? O Programa do Governo é, a nosso ver, claro a este respeito: o preço da tentativa de recuperação económica e financeira será pago pelos trabalhadores, através do agravamento da exploração e das condições de vida.

É certo que o Programa faz algumas declarações de ordem geral afirmando, por exemplo, que «as conquistas legítimas dos trabalhadores serão consolidadas e desenvolvidas».

Mas a estas declarações de ordem geral não corresponde uma concretização que traduza os propósitos do Governo.

Estamos certos de que, na perspectiva segura do socialismo, de uma sociedade sem explorados e exploradores, os trabalhadores são capazes de grandes sacrifícios, de privações, de um trabalho esforçado e heróico.

A própria experiência da Revolução Portuguesa, designadamente na Reforma Agrária e em empresas em dificuldades, mostra a tenacidade, o esforço criador, a aceitação de difíceis condições.

Mas se os trabalhadores não estão dispostos, nesta perspectiva, não o estão e não estarão certamente dispostos a aceitar passivamente pagarem com priva-

ções e com a intensificação do trabalho e da exploração o preço da reanimação da economia numa perspectiva de recuperação capitalista, agrária e imperialista.

O Programa anuncia a revogação de leis, a revisão ou a elaboração de outras: sobre a contratação colectiva, sobre o direito à greve, sobre a lei sindical. Mas o que o Governo não revela são as suas intenções. A nenhuma das perguntas que formulámos nesta matéria foi dada resposta.

A anunciada definição de uma «norma nacional» que consigne um nível global de aumento de rendimentos salariais, os níveis máximos de aumento individual, as fórmulas correctivas de distorções salariais e a extensão admissível dos leques salariais aponta para uma política de contenção de salários, ao mesmo tempo que uma política daquilo a que o Governo chama «preços reais» provocará o aumento do custo de vida, mesmo que se declare, como se declarou, a intenção de manter o preço do cabaz de compras.

Isto significará, sem qualquer dúvida, a descida dos salários reais e o agravamento das condições de vida dos trabalhadores.

Além disso, a falta de referência no Programa à reorganização das empresas, aos despedimentos colectivos e ao Decreto-Lei n.º 530/76, o anúncio desgarrado mas revelador do pagamento do subsídio do Natal em títulos do Estado não negociáveis, uma perspectiva de integração de subsídios nos salários, o anúncio da definição de princípios de política de salários sem se explicitar a necessidade de audição dos trabalhadores, a ausência de medidas contra a sabotagem económica, as referências à concentração, à conciliação, à acalmia, a não definição de uma opção a favor dos interesses das classes trabalhadoras, uma opção de classe, as repetidas referências, como factores da crise económica, às reivindicações, à baixa de produtividade, à indisciplina nas empresas, isto a par da definição de uma política de efectivo aumento de preços leva a concluir que o Governo tenciona basear a recuperação económica e, como consequência, uma recuperação financeira, em dois factores: a intensificação da exploração das classes trabalhadoras e a utilização da inflação como arma de desvalorização dos salários reais e do aumento consequente da mais-valia acumulada com vista aos investimentos.

O Governo anuncia, é certo, a contenção dos preços de bens essenciais. Mas poderá fazê-lo? Não contrariará essa política a preocupação do que chama a «verdade dos preços» e a «taxa de lucro mínimo» que anuncia de forma a salvaguardar a rentabilidade e a viabilidade económica das empresas? Não é verdade que os bens essenciais de consumo da população sofram directamente do aumento dos preços dos sectores básicos da indústria? E se, nessas condições, mantém os preços dos bens essenciais de consumo, vai continuar a política dos subsídios? A quanto montam? Qual o crescimento dos encargos?

Tudo indica que a política do Governo será no sentido da contenção de salários e da aceleração do ritmo da inflação. Se assim não é, se nos enganamos, que o Governo o desminta no decurso do debate.

Um dos pontos mais obscuros do Programa do Governo é o contraste entre a afirmação pessimista da escassez de recursos e de *deficits* monumentais e o anúncio eufórico de promessas e promessas e pro-

messas, o contraste entre o propósito declarado pelo Sr. Primeiro-Ministro de não agravar os impostos e o programado aumento do imposto de transacções, além da programação de uma política que envolve necessariamente um aumento substancial das despesas.

Nessas condições, como vai o Governo diminuir os deficits? Onde vai o Governo buscar os recursos? Esta é uma questão central, fundamental, à qual o Programa não dá resposta explícita.

O anúncio de que só nos primeiros seis meses de 1976 a balança de pagamentos registou um deficit de 24 milhões de contos (quase tanto como em todo o ano de 1975) mostra a impossibilidade, aliás há muito verificada, de continuar a sangria. Ninguém dirá neste caso que foram Ministros comunistas os responsáveis de tão catastrófica evolução da situação financeira.

As medidas financeiras e a política económica avançadas no Programa não irão resolver o problema.

Corremos o risco de que o Governo insista no erro de continuar a recorrer ao crédito externo, aumentando ainda mais a já gigantesca dívida de 70 milhões de contos, para pagar compras de artigos de consumo corrente, hipotecando o resto do ouro, aumentando os encargos em juros que levam cada ano milhões de contos para o estrangeiro e acentuam a dependência de Portugal ao estrangeiro.

Os empréstimos e ajudas externos dos países imperialistas constituem o desejado e tão certo balão de oxigénio por que espera o Governo do PS. Não é certo que o balão venha tão grande como espera e a situação pode continuar a degradar-se rapidamente.

Não testemunha a capacidade do Governo para resolver os problemas que defronta a economia portuguesa colocar-se na dependência do dinheiro vindo de fora, em vez de despertar e mobilizar os recursos e energias nacionais.

É particularmente perigosa esta situação em que parece que tudo se resolve ou nada se resolve, segundo vierem ou não vierem do estrangeiro os esperados milhões.

O imperialismo não vive de amores pela democracia. Quanto mais sentir que o Governo Português está dependente do crédito e ajuda externa (e o Programa do Governo mostra que de facto o Governo se coloca nessa dependência), mais pressões e imposições políticas tentará fazer. Não é verdade que o Dr. Sá Carneiro já ofereceu ao PS os seus bons ofícios? (*Risos gerais*). Sentindo a fraqueza de ânimo da democracia portuguesa para resolver as dificuldades do País, baseando-se fundamentalmente nas próprias forças, sentindo que do seu dinheiro depende tudo, o imperialismo procura que a imprevidência do Governo Português deixe correr o resto do ouro, procura apertar o garrote, para depois impor condições políticas e dar o salto de tigre sobre a economia portuguesa.

Aceitar passivamente ou de forma fatalista uma tal situação não acatela, a nosso ver, os interesses portugueses. Se a situação económica e financeira representa um sério perigo para o País, é com uma política nacional, e não de demissão nacional, que se devem encontrar as energias necessárias para sair destas dificuldades.

Nesta situação, mais relevo toma a política externa, que não pode de forma alguma ser condicionada por imperativos de uma conjuntura financeira.

Na situação actual, mais do que nunca se impõe uma política externa de não enfeudamento a quaisquer países, uma política externa fundada na firme determinação de defender e assegurar a independência política e económica de Portugal.

A política externa definida no Programa do Governo não corresponde, a nosso ver, a estes requisitos.

É de notar, antes de mais, que o Programa do Governo não parece muito conforme com o artigo 7.º da Constituição. Se, por um lado, insiste na diversificação das relações externas, por outro lado, privilegia as relações com alguns países da Europa capitalista e com os Estados Unidos, reforçando os laços de dependência de Portugal.

Da nossa parte, comunistas, defendemos relações realmente diversificadas, mas com respeito pelos princípios da igualdade. Defendemos uma política externa dinâmica e firme aberta ao espírito de Helsínquia e de cooperação europeia, consolidando amizades, mas rejeitando sujeições e ingerências.

Nunca colocámos desde o 25 de Abril e não colocamos hoje a saída de Portugal da NATO. Mas não nos parece azado o momento político para a formação de brigadas da NATO com os nossos soldados e no nosso território.

Estamos de acordo e consideramos mesmo indispensável a negociação de acordos com o Mercado Comum. Mas rejeitamos uma integração que acentuaría os laços de dependência e cortaria a perspectiva de desenvolvimento económico e de progresso social do nosso país. A economia portuguesa não está longe nem estará, decerto, depois dos três anos de negociações previstas, em condições de resistir com êxito num mercado integrado (interno e externo) à concorrência de países desenvolvidos.

Rejeitamos também o projecto de admissão ao Conselho da Europa, que implica a aceitação de instâncias supranacionais, particularmente perigosas para um país pequeno atravessando um período de sérias dificuldades económicas.

No que respeita aos países socialistas, o Programa transpira extremas reservas que não correspondem a uma política nacional independente e diversificada. Queremos expressar a nossa estranheza em ouvir da boca do Sr. Primeiro-Ministro a referência, em termos de menos rigor e cortesia, a países com os quais Portugal está interessado em desenvolver relações de amizade e cooperação. Se a expressão depreciativa de países «ditos socialistas» ou a menos rigorosa de «democracias populares» podem ilustrar, embora não dignificar, um discurso em comício de tal ou tal partido, já nos parecem menos apropriadas no discurso do Primeiro-Ministro do Governo da República Portuguesa ao apresentar o seu Programa.

No que se refere às relações com os países outrora submetidos ao colonialismo português, registamos como positiva a afirmação de que se procurará tratar os problemas existentes no respeito mais escrupuloso pelas soberanias e pelos interesses respectivos, em termos de igualdade e sem ingerência nas questões internas.

Mas o PS sabe bem ter grandes responsabilidades na deterioração das relações de Portugal com Angola, precisamente no momento crucial, no dia 11 de Novembro de 1975.

Felizmente tudo indica que, nos últimos tempos do VI Governo Provisório, se deram passos positivos para o melhoramento das relações com Angola e Moçambique. Desejamos sinceramente que o futuro Governo prossiga essa evolução favorável.

É tempo de Portugal marcar distâncias para com quaisquer projectos de *revanche* neocolonialista e procurar desenvolver relações de fraternal amizade com povos cujos interesses coincidem inteiramente com os interesses do povo português.

Vai já longa esta intervenção e apenas alguns pontos do Programa foram abordados. O debate vai, porém, apenas ainda no início. E pela parte do Partido Comunista, outros camaradas meus terão ocasião de intervir abordando outros problemas.

Apenas algumas palavras para terminar.

Para sair da difícil situação económica é necessário um grande esforço nacional, esforço que fundamentalmente tem de partir das classes trabalhadoras e de todos os portugueses interessados em defender, consolidar e prosseguir a construção da democracia. Um partido sozinho não o poderá fazer.

O Governo comete um erro grave, ilude-se a si próprio, se julga que esse esforço poderá ser aceite e realizado com um governo minoritário, um governo que não defende com firmeza e coerência as conquistas da Revolução, um governo que não defenda firmemente os interesses dos trabalhadores e não goze da confiança da classe operária e de todas as classes e camadas laboriosas, com um governo que não mantenha firmemente, sem subterfúgios, uma política de independência nacional e a rota da democracia portuguesa rumo ao socialismo.

Um governo com socialistas, poderá ser um tal governo. Um governo só de socialistas não o será certamente.

Tenho dito.

#### *Aplausos dos Deputados do PCP.*

O Sr. Presidente: — Creio que a Assembleia teve conhecimento, por intermédio dos presidentes dos diversos grupos parlamentares, razão por que não fiz o anúncio no início da sessão, de que hoje as intervenções têm a duração de quarenta e cinco minutos por cada partido ou grupo parlamentar.

Ao Partido Comunista sobejaram três minutos, que pode utilizar para qualquer intervenção dentro deste período.

Tem a palavra o Sr. Deputado Barbosa de Melo.

O Sr. Barbosa de Melo (PPD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao iniciar a participação do Partido Popular Democrático neste importante debate parlamentar não posso deixar de manifestar grande satisfação pela entrada em funções do primeiro Governo formado segundo a Constituição da República e quero exprimir nesta oportunidade ao Sr. Primeiro-Ministro o testemunho da minha consideração pelas suas qualidades de político eminente do nosso país.

Compete-me, em nome do Grupo Parlamentar do Partido, traçar as grandes linhas dentro das quais irá decorrer a nossa participação e trazer, desde já, à consideração do Plenário da Assembleia da República algumas reflexões muito genéricas sobre o sentido e o alcance que o Partido Popular Democrático atribui ao debate sobre o Programa do Governo.

O Programa do Governo estará, a partir de hoje e durante cinco dias, sob os fogos cruzados desta Assembleia. As intenções últimas do Governo, as medidas que se propõe tomar, o tempo e a própria possibilidade da sua execução — tudo isso passará pelo exame atento e pela apreciação crítica dos Deputados da Assembleia da República. Trata-se de reflectir em público sobre o Programa do Governo e de aplicar nesta reflexão a honestidade e a competência daqueles que somos capazes, a fim de que o povo em geral descubra mais facilmente as razões pelas quais possa apoiar e respeitar este Governo ou as razões pelas quais haverá de recusar-lhe o crédito de que ele precisaria para actuar eficazmente no seu cumprimento.

Nós aqui não somos o próprio povo; somos apenas o conjunto dos seus Deputados ou mandatários — isto é, as pessoas que ele livremente escolheu para que hoje digam responsávelmente o que pensam do Governo e do seu programa e, sendo esse o caso, para que evitem, nos termos constitucionais, que um governo qualquer, sem um plano sério e uma equipa responsável, possa governar legitimamente Portugal. Repito: nós aqui não somos o próprio povo; mas somos um pequeno mundo onde ele está representado — um pequeno espaço onde se encontram as correntes políticas para ele mais significativas e com uma força numérica proporcional à vontade que expressou nas urnas no dia 25 de Abril deste ano.

O povo pedir-nos-á contas pelo que aqui fizermos. Pelo menos daqui a quatro anos, quando tiver de escolher uma nova Assembleia da República. Então terá oportunidade, pelo voto que vier a dar aos diferentes partidos, de dizer quem andou bem e quem andou mal nesta Câmara. Mas até lá — e esse é o sentido do nosso contrato com ele — nenhum grupo particular, nenhuma classe social, nenhum estado profissional, nenhuma clientela política, nenhuma propaganda organizada devem preverter o critério seguido e as opiniões emitidas nesta Câmara, a propósito deste tema ou de qualquer outro.

Nós somos representantes do povo inteiro — e não mandatários dos que gritam nas ruas, dos que escrevem nos jornais ou dos que tecem em cada dia as mil e uma intrigas de que parece viver certa Lisboa ainda a delirar como se andasse por aí a rodos a pimenta da Índia ou o ouro do Brasil.

#### *Risos.*

#### *Vozes do PPD: — Muito bem!*

O Orador: — Pelos resultados eleitorais é que devem guiar-se instituições como a Assembleia da República, e não por essas opiniões flutuantes e incertas na sua origem e nos seus intutos. Para o Grupo Parlamentar do Partido Popular Democrático esse é o contrato político que obriga os Deputados — essa é a «concretização», para usarmos a linguagem do Primeiro-Ministro, a que aqui dentro procuraremos ser fiéis.

Será, pois, com base nos ideais políticos expressos no programa do partido, com base nas soluções sociais democratas que apresentámos ao eleitorado no programa do Governo, com base na consciência política e no conhecimento e experiência que temos das coisas, que aqui vamos dizer, sem demagogias ou sectarismos, o que pensamos deste Governo e do seu Programa. Reflectida e ponderadamente diremos se este

Governo com este programa dá satisfação, e até onde, ao interesse nacional, tal como o vemos nas presentes circunstâncias. Esta é a hora de a Assembleia da República assumir as suas responsabilidades, pronunciando-se soberanamente — isto é, por si própria e com total independência perante as opiniões dos outros órgãos de soberania definidos na Constituição.

Uma coisa deverá ficar já clara: para o Grupo Parlamentar do Partido Popular Democrático participar no debate sobre o Programa do Governo é participar activamente na democracia política. E, desde logo, contribuir com o nosso ponto de vista para o esclarecimento do povo sobre as intenções objectivas do Governo e as possibilidades efectivas de governar assim. Sem conhecimento público das razões e propósitos dos que detêm o Poder, a democracia pluralista não existe, não há democracia digna desse nome. Participar no debate é também contribuir, na hipótese de o Governo subsistir, para o fortalecimento da adesão consciente do povo aos objectivos e medidas razoáveis do Governo, e, por conseguinte, garantir-lhe maior eficácia.

Em qualquer caso, se o debate parlamentar for amplio, honesto e construtivo, este ou qualquer outro governo que lhe suceda terão seguramente a sua tarefa mais facilitada. Ao menos o povo português saberá um pouco mais sobre a situação real em que o País se encontra e conhecerá melhor as soluções que as diferentes forças políticas apresentam para os problemas portugueses — porque até agora muito tem sido sonegado ao seu conhecimento e muitas ideias e propósitos têm andado deturpados pela pior das demagogias: a demagogia da ambiguidade.

O Sr. Sá Carneiro (PPD): — Muito bem!

O Orador: — O debate parlamentar sobre o programa do Governo não pode ser desenvolvido nem pode ser politicamente interpretado fora do quadro institucional definido na Constituição e fora da situação política real em que se encontra o nosso país.

Por um lado, ninguém pode tirar da atitude da Assembleia da República conclusões que o sistema constitucional não permite. A verdade é que para reforçar a sua legitimidade constitucional o Governo nem sequer precisa de votos favoráveis desta Assembleia. O debate nem sequer tem de terminar por uma votação.

Esta solução constitucional não é da responsabilidade do Partido Popular Democrático.

Na Assembleia Constituinte defendemos, até onde pudemos, que o programa do Governo ficasse dependente da aprovação positiva da Assembleia da República. O Partido Socialista, entre outros, não quis tal solução. Por isso, como aqui foi dito pelo Primeiro-Ministro, o Programa do Governo depende fundamentalmente da confiança do Presidente da República. Isso resulta da Constituição. Mas nada mais do que isso. Ninguém pode tirar a conclusão daí de que tenha de existir qualquer identidade entre o Governo e o Presidente da República. Pensar assim seria grave para o destino da democracia em Portugal por poder comprometer o Presidente da República num eventual fracasso de qualquer governo. A Constituição assenta no princípio da divisão dos poderes, para atribuir a cada órgão de soberania responsabilidades próprias e

independentes umas das outras. E se é verdade que o Governo depende fundamentalmente do Presidente da República, a inversa já não é verdadeira.

O Sr. Sá Carneiro (PPD): — Muito bem!

O Orador: — Se o Programa do Governo não for rejeitado por esta Câmara — e a rejeição verificar-se-á apenas se a maioria dos Deputados o considerar inadmissível —, então o Governo ficará entregue a si mesmo e à sua própria responsabilidade. A todo o tempo poderá perder a confiança do Presidente da República e a todo o tempo poderá receber a desconfiança desta Assembleia.

Mas, muito embora o êxito do Governo não dependa necessariamente da confiança expressa desta Câmara, nem por isso o Partido Popular Democrático cairá na tentação de minimizar o seu papel neste debate. Não criticaremos com superficialidade nem procuraremos minar a credibilidade do Governo com ataques gratuitos e desnecessários. Faremos a nossa crítica com seriedade e usando da nossa competência, tendo sempre presente que assim como o Governo está a fazer um teste perante esta Assembleia, assim também a Assembleia e os partidos nela representados estão a fazer um teste decisivo perante o País.

Temos de reconhecer, desde já, que as circunstâncias políticas, económicas e sociais não são de molde a tornar fácil a tarefa deste primeiro Governo constitucional.

Encontramo-nos perante uma crise nacional generalizada, sendo talvez mais urgente neste momento encontrar uma saída satisfatória do que perder demasiado tempo à procura da solução óptima. É urgente acabar com a insegurança nas instituições e nas ruas, pondo cobro aos atentados frequentes contra a liberdade política dos cidadãos e os seus direitos fundamentais.

Vozes do PPD: — Muito bem!

O Orador: — É necessário talvez tomar medidas económicas que terão repercuções impopulares.

É urgente sanear as estruturas administrativas do Estado para que o Governo disponha de um braço executivo eficiente e responsável. Para fazer tudo isso o Governo precisava de uma autoridade democrática indiscutível e uma base de apoio considerável. O Partido Socialista decerto considerou que um governo homogéneo, empenhado na realização do programa socialista, possuiria as virtudes necessárias nesta hora. Por nossa parte entendemos que esta está longe de ser a solução melhor. Um governo obrigado a seguir ao sabor dos apoios espontâneos de maioria de ocasião, formadas e logo desfeitas, em torno de medidas pontuais, correrá sempre o risco de flutuações na sua orientação e descontinuidades na sua acção.

O Partido Popular Democrático apresentou-se, desde a primeira hora, como partido social-democrata inspirado no socialismo de raiz personalista e humanista, de longa tradição na cultura ocidental. Segundo o nosso ponto de vista basilar, a sociedade nova que queremos cada dia mais livre, mais justa e mais fraterna deve-se ir construindo no constante respeito pelos direitos e liberdades fundamentais das pessoas concretas e à medida da vontade do povo expressa

por formas autenticamente democráticas. As roturas revolucionárias, pelas injustiças e sacrifícios que têm e trazem consigo, não entram nos nossos métodos políticos, excepto para aniquilar opressões intoleráveis. A essas roturas contrapomos as transformações contínuas, fruto de uma força moral e uma vontade políticos, excepto para aniquilar opressões intoleráveis. A crata autêntico poder dizer, como Leibniz, que vivemos no melhor dos mundos possíveis. A social-democracia é sempre um futuro.

Um tal método político faz nascer uma tensão entre a realidade existente e o ideal que procura transcendê-la. Ao atentar só nesta realidade um social-democrata instala-se e passa a conservador; ao olhar só para o ideal desejável, inebria-se e cai no utopismo.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — A realidade presente põe o Governo perante desafios muito concretos que não admitem muitas alternativas.

É urgente restabelecer a autoridade democrática do Estado, como já disse: sem isso ninguém pode viver em liberdade a sua segurança nem esperar um mínimo de eficácia no funcionamento dos serviços do Estado que garantam a satisfação de direitos fundamentais elementares.

É preciso também completar o processo de democratização do poder político, devolvendo às comunidades locais os direitos de autonomia que a Constituição lhes reconheceu. Sem as eleições para as autarquias locais e sem a atribuição aos novos órgãos de competência e de meios humanos e materiais indispensáveis à realização dos interesses das respectivas populações, a Constituição continuará por cumprir numa das suas mais marcantes novidades.

A situação de urgência concreta em que o Governo vai actuar é ela mesma dramática. Mesmo aqueles que sem utopias gostariam de ver mais claramente afirmado agora um novo ideal reconstrutivo — mesmo esses têm de reconhecer que as exigências postas pela realidade são tais e tantas que talvez o projectista da nau tenha de fazer agora o ofício de calafate. Antes de mais nada é preciso mantê-la à tona.

Mas não posso terminar sem adiantar algumas considerações mais. Há em todo este programa do Governo uma ambiguidade que terá de ficar esclarecida ao longo do debate. Este programa não parece ser o programa do Partido Socialista, quer nos seus objectivos expressos, quer sobretudo em alguns traços característicos da sua filosofia. Perante as exigências e a pressão do imediato, deixou-se para depois a definição clara de algumas opções fundamentais.

Mas daí a pergunta: Será que o Governo se reserva definições mais precisas dos objectivos últimos da sua política para a ocasião em que apresentar a esta Assembleia os planos que o Sr. Primeiro-Ministro prometeu? (E a propósito disto não posso deixar de dizer que aí se inclui um plano por quinze anos que parece um tanto descabido numa concepção democrática do Poder.)

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Se é assim, então estamos ainda sem saber concreta e precisamente em que sentido geral

vai este Governo dirigir os nossos destinos nos próximos anos. Afinal, não obstante as palavras, temos de concluir que continuamos a viver sob o signo do transitório, senão mesmo do provisório ou improvisado. E será isto consentâneo com a situação que o nosso país vive? Mas a este respeito uma coisa tem de ficar clara desde já: a nossa atitude hoje tomada não pode ser penhor daquilo que este Governo socialista há-de anunciar no futuro. Aliás, um partido que há muito sabia que ia ser chamado a formar o Governo não deveria ter apresentado uma solução mais coerente e mais consequente para a crise que atravessamos?

Uma outra ambiguidade tem de ser ainda apontada. O Sr. Primeiro-Ministro deu a entender que o Programa do Governo compreendia o texto distribuído, o discurso de apresentação e o discurso final. É evidente que esse discurso final não pode ser apreciado pela Assembleia da República. Sendo assim, a Assembleia não pode assumir qualquer responsabilidade neste ponto, a menos que caíssemos de novo no princípio dos cheques em branco que atenta contra a democracia representativa.

O Partido Popular Democrático, por último, não se identifica com este Programa de Governo no seu conjunto. Se fosse ele a formar governo, neste momento, apresentaria um outro programa em muitos pontos diferente. Isto significa que a nossa apreciação e a nossa posição sobre este programa só podem ser correctamente entendidas dentro do espírito que o anima. Estamos a apreciar o programa de um governo do Partido Socialista através do qual esse governo se propõe resolver, segundo os seus critérios, os problemas que seleccionou como os mais momentosos da vida nacional. A esta luz deverá, pois, ser entendido o comportamento que o Partido Popular Democrático venha a adoptar.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Aí ficam em traços gerais as linhas da nossa actuação ao longo deste debate.

A nossa atitude vai ser de inteira liberdade crítica e de completo respeito para com o Governo que assumiu um encargo muito árduo. Também temos as nossas soluções para os problemas, mas — e a democracia também é isto — não é a nós, hoje, que pelas regras constitucionais compete governar.

O meu voto final é o de que o Governo possa lograr resolver a situação de crise, salvando a nossa esperança democrática tantas vezes em sobressalto depois daquele dia 25 de Abril, em que a democracia parecia já uma realidade segura.

Tenho dito.

**Aplausos dos Deputados do PPD.**

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Sérvulo Correia.

**O Sr. Sérvulo Correia (PPD):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: De um modo geral, são aceitáveis os projectos de actuação alinhados no Programa de governo do Partido Socialista em matéria de segurança social, saúde e emigração. Na quase totalidade, coincidem aliás tais projectos com algumas das soluções preconizadas no programa de governo que o Partido Popular Democrático tornou público no decorrer da campanha

eleitoral para a Assembleia da República. Registamos com satisfação que algumas das providências que havíamos defendido, e não eram encontráveis no texto programático apresentado pelo Partido Socialista antes das eleições, aparecem agora no seu Programa de governo. Honra-nos a circunstância de boa parte das medidas que, nestes domínios e também no da política respeitante aos desalojados, o Partido Socialista pretende levar a cabo, terem sido preparadas ou iniciadas pelo VI Governo Provisório sob a responsabilidade de membros do nosso partido.

Nada disto atesta, no entanto, qualquer identificação do Partido Popular Democrático com o Programa de governo do Partido Socialista. Em matéria de segurança social e de saúde, esse Programa não passa de uma sobreposição de medidas a que uma listação de objectivos desagregados não consegue dar sentido de conjunto. A concepção de segurança social e de saúde como factores de evolução da estrutura social portuguesa falta inteiramente.

Uma tal carência é tanto mais de lamentar quanto assim se perde uma oportunidade dificilmente recuperável. Desmoronado o edifício social que os da minha geração sempre haviam conhecido, refreados quantos pretendiam perpetuar o vácuo ou fazê-lo refluir graças à resurreição das velhas estruturas ao serviço de novos oligarcas, o povo português dispõe de uma possibilidade única. Extraordinariamente atenuada a rigidez dos factores adquiridos, atravessamos uma daquelas encruzilhadas da história em que a decisão voluntarista pode impor saltos qualitativos irreversíveis. Para tanto, apenas precisamos de homens decididos e de um modelo original, mas viável, livremente aceite pelo povo e capaz de o mobilizar antes que a inércia e o peso dos pequenos e grandes interesses estratíficos novamente o que hoje é moldável.

Mas a política preconizada pelo Governo em matéria de segurança social e de saúde não é dinâmica, nem evolutiva. É sim uma política de gestão, que aceita no essencial as estruturas existentes e as pretende debruçar de melhoramentos pontuais.

Porém, o momento que vivemos não é para uma política tão timorata: a melhor resposta às carências, à desorganização, à ineficácia dos mecanismos de segurança social e de saúde é uma iniciativa arrojada e fulgurante; uma resposta que parta da compreensão do carácter ultrapassado das concepções que ainda presidem aos sistemas vigentes. Nós, os sociais-democratas, já há muito vimos dizendo que só a consciência de que a segurança social não é uma gigantesca companhia de seguros permitirá ultrapassar as actuais dificuldades financeiras. Só a vontade política de erigir a segurança social em sistema estatizado, unitário e igualitário franqueará uma saída do caos organizativo.

O Governo não teve o arrojo que só uma funda convicção social democrática lhe poderia conferir. E daí que fale em rever pensões, mas não proponha a realização de um amplo inquérito que mostre qual é neste momento o mínimo de subsistência abaixo do qual nenhuma razões financeiras justificariam a fixação de pensões mínimas. Uma aritmética estreita irá por certo sobrepor-se ao objectivo da igualdade dos cidadãos na segurança contra a miséria.

O Governo não tem a intrepidez de usar a segurança social como factor de nivelamento de todos

os portugueses pelo acesso ao bem-estar. E por isso não propõe medidas para acelerar a efectivação das prestações, que por vezes tanto demoram; não promete franquear em termos expeditos e acessíveis a protecção dos tribunais aos cidadãos lesados pelo mau funcionamento dos serviços.

O Governo não assume a segurança social como chave de uma sociedade nova em que cada um se possa realizar como ser humano. Assim, no seu programa, a família não surge como centro de uma política que defende dos frios imperativos dos mecanismos económicos a genuinidade das relações entre os membros. E também por isso faltam neste programa medidas humanizadoras, como, por exemplo, a semi-reforma, método de possibilitar uma adaptação gradual à condição de reformado. Empreende-se, e bem a criação de uma rede nacional de infantários, nos quais o Estado suportará mensalmente, por criança, encargos que calculamos não inferiores a 2500\$. Mas não se oferece às mães trabalhadoras que prefiram dedicar-se aos filhos na primeira idade um subsídio de permanência no lar de um montante aproximado ao referido.

O Governo não foi capaz de ver na segurança social um instrumento destinado a facilitar aos seres humanos a adaptação a um progresso técnico incessantemente renovado e à crescente complexidade das estruturas sociais. Esquece-se a segurança social como factor de defesa de categorias particularmente vulneráveis, como as crianças, os adolescentes, os velhos, todos aqueles que têm dificuldades na adaptação às necessidades da existência. Por isso muito caracteristicamente se nota neste Programa de governo uma chocante ausência de qualquer menção ao papel e às virtualidades do serviço social.

Obnubilado pelo fetichismo da propriedade, o Governo passa por alto o papel da segurança social como vector de construção do socialismo através da socialização dos riscos e dos encargos. Por isso, ao passo que proclama a irreversibilidade de todas as nacionalizações, esquece-se o Governo de declarar irreversível a proporção do rendimento nacional já apropriado com a finalidade de distribuição social. E não se compromete o Governo em fazer corresponder ao crescimento económico o alargamento dessa fatia.

A adopção desinibida e coerente do modelo social democrático teria permitido ir muito mais longe em matéria de financiamento, na qual falta a definição do «rendimento social», isto é, da parcela de rendimento nacional a subtrair aos mecanismos empresariais de distribuição. Mas sem tal definição é precário todo o intento de responsabilizar a sociedade, solidarizando-a com a cobertura das necessidades vitais de todos os seus membros.

Sabido que as contribuições para a Previdência escassamente traduzem uma distribuição vertical dos rendimentos, um modelo social-democrata não consentiria o anunciado aumento dessas contribuições, que deveria desde já ser substituído por imposto directo, pelo menos naqueles casos em que os rendimentos das empresas o permitissem.

Vozes do PPD: — Muito bem!

O Orador: — Como factor de realização de um projecto socialista, a segurança social não pode prote-

ger prioritariamente os sectores já mais protegidos da sociedade.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — É, por isso, inadmissível a essa luz a recusa da integração dos rurais no regime geral.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — E, se possível, é-o ainda mais à face do argumento empregado da incapacidade do sector para suportar os encargos contributivos. As nossas concepções sociais-democráticas impõ-nos-iam que fôssemos buscar ao Orçamento Geral do Estado as verbas necessárias, obtidas através dos mecanismos fiscais.

A nossa concepção do socialismo humanista repugna a inteira sobreposição do Estado à iniciativa particular, nomeadamente a desprovida de fins lucrativos. Um programa de segurança social com o qual nos pudéssemos identificar teria pois de equacionar em pormenor o campo de acção e o papel do mutualismo e das instituições particulares de assistência e o apoio técnico e financeiro que o Estado lhés conferiria. Mas o programa do Governo não o faz.

Também o carácter pontual e desagregado das providências e objectivos apontados pelo programa de governo do Partido Socialista no domínio da saúde não deixa avultar com clareza os verdadeiros fins de uma política de saúde, isto é, a prevenção das doenças, a promoção da saúde, a assistência na doença e a readaptação profissional e social.

Preferiríamos que, em vez de remeter para meros quadros verbais, como são, por exemplo, aqueles que consistem nas expressões «estabelecer as bases de um serviço nacional de saúde», ou «definir as regras do exercício privado da medicina e da sua articulação com os serviços públicos de saúde», o programa apresentasse já as fórmulas a seguir na intervenção do Estado à luz dos critérios de universalidade do campo de aplicação, unidade do aparelho administrativo e uniformidade das prestações.

A unidade do aparelho do serviço nacional de saúde não é incompatível com a regionalização e nós, os sociais-democratas, não nos teríamos contentado em falar nessa, mas teríamos especificado que a regionalização significa a admissão de certo grau de diversidade em consonância com os desejos e de acordo com as necessidades sentidas pelos utentes no seu próprio meio.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — A melhoria da saúde rural passa, ao que cremos, por uma intervenção directa das populações na definição das estruturas e dos modos de funcionamento dos serviços que a elas se destinam.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Ao referir as regras do exercício privado da medicina e a sua articulação com o serviço nacional de saúde nós, os sociais-democratas, conscientes da relevância da questão para a construção do socialismo humanista, teríamos aprofundado.

Está aqui em jogo, em primeiro lugar, a livre escolha do médico pelo doente, que haverá que salvaguardar na medida do possível.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Está igualmente em jogo a garantia da liberdade terapêutica, isto é, de o médico prescrever os tratamentos, medicamentos e meios auxiliares de diagnóstico que em sua consciência considerar úteis e de compatibilizar essa liberdade com os condicionamentos financeiros. Nós, os sociais-democratas, teríamos proposto em termos concretos mecanismos de medicina de *contrôle* e adiantado desde já as bases quer de um sistema de prestação directa de serviços médicos, quer, em alternativa, de prestação indirecta através de médicos actuando, em regime contratual, fora do âmbito orgânico dos centros de saúde.

E mais teríamos nós, os sociais-democratas, proposto um regime de tabelamento e moralização dos actos médicos praticados em clínica livre, com a contrapartida da integração dos médicos exercendo profissão liberal num esquema de verdadeira segurança social para eles próprios.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Cumple finalmente lembrar que pouco significado terá o reconhecimento constitucional do direito de todos aos cuidados médicos enquanto a sujeição a tratamento cirúrgico ou de certas especialidades continuarem a exigir meses de dolorosa espera.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas o programa de governo nada nos diz quanto às providências que, no quadro dos serviços hospitalares e centros de saúde, serão tomadas, ao menos a médio prazo, no sentido de pôr fim a semelhante escândalo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: De um modo geral, merecem a nossa concordância as providências que integram o programa de governo do Partido Socialista em matéria de emigração, na sua quase totalidade encontráveis também no nosso próprio programa. Verificamos com prazer que coincide até a concepção de base, segundo a qual o emigrante não pode ser um elemento perdido para o País, mas, pelo contrário, uma célula viva de Portugal, unido à Pátria por uma rede de apoios sociais e culturais que ao Estado cabe implementar.

Um programa social-democrata teria ainda assim definido com bastante mais pormenor as reformas de estruturas, nomeadamente as respeitantes ao ensino das crianças portuguesas e aos consulados que urge pôr ao serviço de todas as necessidades das comunidades portuguesas no exterior, tirando-lhes o carácter predominantemente burocrático que hoje em dia é o seu. Teria também um programa social-democrata estabelecido, em relação a cada país de imigração, um sistema integrado de apoio social e cultural planeado e coordenado a partir da nossa embaixada. Teria aprofundado os esquemas de regresso de emigrantes em ligação com o emprego das suas poupanças ou capacidades técnicas adquiridas no estrangeiro. Teria incluído medidas concretas sobre os transportes dos emigrantes no período de férias, como

meio prático de mais os ligar à sua terra e de contribuir para a qualidade da sua vida. Teria correspondido a uma justa pretensão dos emigrantes respeitante à redução da taxa alfandegária sobre o automóvel que consigo trazem ao regressar definitivamente, pretensão essa que a deficiente coordenação entre ministérios não deixou satisfazer na vigência do VI Governo Provisório.

Ocorre, no entanto, neste programa de governo do Partido Socialista uma estranha lacuna, que seria inadmissível num programa social-democrata. Refiro-me à política de emprego. Afirmou o Primeiro-Ministro que a situação excedentária de mão-de-obra obrigará a que continue o recurso à emigração. É uma verdade, embora a situação económica mundial e uma certa saturação dos países de imigração restrinjam o alcance de uma tal saída.

De querer modo, o que cumpria ter programado era todo um conjunto de medidas de selecção, pré-ambientação e formação profissional do emigrante e sua família, de organização e acompanhamento do acto emigratório, de apoio específico no período de fixação, de garantia de regresso no caso de inadaptação. Só assim os dramas da emigração isolada se não iriam repetir.

Deveriam também explorar-se ao máximo as possibilidades de emigração temporária ou sazonal, preferindo-a à emigração definitiva.

Eis, Sr. Presidente e Srs. Deputados, um conjunto de providências a médio prazo que não teriam faltado num programa social-democrata, isto é, num programa em que a um rigor técnico e a uma capacidade inovadora, que faltam naquele que agora discutimos e ao qual não podemos por isso aderir, se aliaria a intenção de consolidar e desenvolver um Estado democrático e de estabilizar o País, intenção que reconhecemos a este programa que, por isso, não desejamos hostilizar.

#### *Aplausos dos Deputados do PPD.*

O Sr. Presidente: — Os Srs. Deputados do Partido Popular Democrático preencheram 36 minutos com estas intervenções. Ainda têm 9 minutos à sua disposição para quando julgarem oportuno.

Tem a palavra o Sr. Deputado Freitas do Amaral.

O Sr. Freitas do Amaral (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao subir a esta tribuna para intervir pela primeira vez no debate sobre o programa do Governo não quero deixar de assinalar, ainda que brevemente, a importância do acto democrático em que estamos a participar e desejo dirigir, em nome do CDS e em meu nome pessoal, uma saudação especial ao primeiro Governo constitucional do 25 de Abril e ao seu Primeiro-Ministro.

Tomo hoje a palavra para expor, com a maior franqueza e com algum desenvolvimento, os pontos de vista do meu partido acerca do programa que o Governo, nos termos constitucionais, veio apresentar a esta Assembleia. O que vou dizer interessa, portanto, não apenas à Câmara que me escuta e ao País que segue atentamente o debate, mas também, e desde logo, ao próprio Governo que aqui vem pedir-nos a confirmação da sua investidura. O debate que hoje se inicia vai desenrolar-se como um diálogo entre o Governo e os partidos que, por isso, em prin-

cípio o não apoiam. Lamento, pois, que, tratando-se de um diálogo, os serviços desta Assembleia tenham decidido colocar os membros do Governo numa posição tal que os oradores lhes não podem ver as reacções, à medida que vão falando.

#### *Risos.*

É a negação do diálogo. Espero que isso se possa corrigir em breve.

#### *Aplausos do CDS.*

Sr. Primeiro-Ministro: Apresentou-nos V. Ex.<sup>a</sup> o programa do seu governo.

Como partido não representado no Governo, e portanto de oposição, o CDS vai dizer-lhe, vai dizer à Assembleia e vai dizer ao País, o que pensa deste programa nas suas grandes linhas.

Começarei pelos aspectos positivos, porque os tem, e um partido interessado em assumir o papel de uma oposição leal, responsável e democrática não pode ser do contra por sistema; antes deve distinguir o que está certo, e por isso merece apoio, do que não está certo, e por isso merece crítica.

De um modo geral direi que o programa do Governo se caracteriza por um esforço de moderação, de realismo e de pragmatismo que são tanto mais de louvar quanto é certo não terem sido essas, até aqui, as notas dominantes dos textos produzidos pelo Partido Socialista. O programa procura concretizar datas e medidas, não ficando apenas nos grandes princípios abstractos. E revela um progresso sensível em relação ao manifesto eleitoral do PS, de Abril passado, que em vários capítulos deixava muito a desejar.

De um modo especial, salientarei três aspectos que ao CDS se afiguram de facto positivos, sem embargo de algumas lacunas e imprecisões: quero referir-me aos capítulos relativos à democracia pluralista, à defesa nacional e à política externa e à educação.

Como seria de esperar, o programa do Governo é fiel, de uma ponta à outra, aos princípios e às regras de uma democracia pluralista. O empenho e a garantia da defesa das liberdades, o reconhecimento da oposição, a vontade de diálogo com o Parlamento e com o País, são aspectos que nem por se terem de considerar constitucionalmente adquiridos devem deixar de ser acentuados. É pena que se não tenha aproveitado para, no capítulo da comunicação social, por exemplo, atribuir desde já certos direitos concretos aos partidos não governamentais, procedendo a uma efectiva distribuição do Poder entre o Governo e a oposição. O CDS não deixará de formular algumas propostas nesse sentido, no estatuto da oposição que aqui reafirma ter a intenção de apresentar em Outubro.

Os capítulos da defesa nacional e da política externa também os consideramos sem dúvida positivos, sobretudo pela clara opção democrática para que aponta o primeiro e pela clara opção europeia e ocidental que inspira o segundo. O CDS sempre defendeu essas opções, nos campos militar e diplomático, e ao vê-las traduzidas em letra de forma no programa do Governo não pode deixar de se congratular com o facto. É pena que as alusões à intenção de estreitar os laços com o Mercado Comum, não se percebe bem sob que forma, revelem um conhecimento impreciso dos mecanismos jurídicos e institucionais do Tratado de

Roma. Mas os contactos com Bruxelas e um pouco de estudo do direito comunitário europeu depressa suprirão esta falha.

*Risos.*

Enfim, o capítulo da educação, apesar de não nos dar inteira satisfação, contém em si a promessa de dias melhores para um sector onde se atingiram níveis baixíssimos de organização, rendimento e respeito do pluralismo. É um capítulo sério, lúcido, sem preocupações demagógicas, que nos dá a esperança de uma inversão no processo de degradação do ensino que tem estado em curso.

**Uma voz do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — É pena que se não tenha aproveitado para elucidar certos aspectos importantes que estão omissos, nomeadamente quanto ao sentido da revisão dos programas em disciplinas formativas, quanto à função concreta a desempenhar pelas associações de pais no sistema escolar e quanto ao tipo de auxílio a prestar pelo Estado ao ensino particular, bem mais carecido de apoio oficial do que, por exemplo, a generalidade da imprensa estatizada. Mas estes aspectos por certo serão em breve esclarecidos e, se o não forem, o CDS não deixará de tomar a respeito deles as necessárias iniciativas.

E passo agora aos principais aspectos negativos do programa do Governo, que também os tem, e muitos.

Primeiro: o programa não é em rigor um programa, mas um catálogo (*risos*). Não é o programa do que se vai fazer, mas o catálogo do que se gostaria de fazer. Não é uma lista das medidas possíveis, é um rol das medidas desejáveis. Fica-se com a impressão de que o Governo pensa poder fazer tudo, não se fica a saber o que é que o Governo vai sacrificar. Onde estão as opções, onde as prioridades, onde a hierarquização dos objectivos?

Segundo: o programa não diz uma palavra sobre o financiamento da sua própria execução. Como e onde se vai arranjar, numa economia em crise, o dinheiro necessário para pôr em prática o que se prevê? Se o Orçamento Geral do Estado apresenta já um *deficit* da ordem dos 40 milhões de contos este ano, quando nada ou quase nada do que consta do programa do Governo se está a executar, como vão poder realizar-se todas as ideias e projectos do programa do Governo nos próximos anos sem um calamitoso agravamento desse mesmo *deficit*, que já hoje é excessivo e preocupante? Eis um mistério sobre o qual o Governo terá de se pronunciar com a máxima clareza.

Terceiro: o programa sofre em quase todos os capítulos de um excesso de vaguidade, de ambição e de pendor burocrático.

O programa é muitas vezes vago: dizer que se vai rever a legislação do arrendamento urbano sem dizer em que sentido, ou que se vai dinamizar o mercado de capitais sem explicar como, ou que se vai estabilizar os preços dos bens essenciais de consumo sem adiantar por que processo, é o mesmo que não dizer nada ou, quando muito, será, porventura, enunciar objectivos, mas não é com certeza formular medidas concretas de acção.

Noutros passos o programa é demasiado ambicioso: querer fazer num ano a revisão de todos os principais códigos do direito português, pensar ser possível uma reforma de fundo da administração pública até Maio de 1977 ou pretender efectuar no próximo semestre a revisão do sistema das finanças locais — não são propósitos realistas, são meros desejos febris, que ou não serão realizados ou então o serão com grave prejuízo da qualidade dos textos e do direito de participação dos interessados nas reformas que lhes dizem respeito.

Por último, o programa está ferido de um pronunciado pendor burocrático. Por tudo e por nada, em cada capítulo, em cada parágrafo, em cada alínea, se prevê a criação de comissões, institutos e organismos quantas vezes inúteis ou pelo menos dispensáveis. O peso orçamental desta proliferação imensa de serviços públicos será medonho. E não o será menos a complicação excessiva da vida dos cidadãos, que assim serão chamados a pagar, eles próprios, as malhas da rede que lhes complicará a vida. Confirma-se, pois, que o socialismo, mesmo democrático, tende sempre a transformar-se no reino da burocracia.

*Risos.*

Para além destes defeitos que o programa do Governo evidencia na generalidade não posso deixar de salientar que um exame atento na especialidade logo revela muitos outros. Deles se ocuparão, um a um, outros Deputados do Grupo Parlamentar do CDS, nos próximos três dias. Alguns há, todavia, que pela sua relevância tenho de evocar desde já.

Referirei, a começar, algumas matérias sobre as quais o programa do Governo é sem desculpa totalmente omissa. É o caso, por exemplo, de Macau — território sob administração portuguesa e centro de cultura lusíada no Oriente, em relação ao qual o Governo tem de definir uma política de solidariedade, de apoio e de desenvolvimento. O CDS, que ali venceu por larga margem as eleições de Abril passado, não pode deixar de erguer aqui a sua voz em defesa dos portugueses que lá vivem e não podem ser esquecidos por Lisboa.

É o caso, também, de uma política familiar, tal como é hoje entendida nas democracias europeias mais avançadas. No programa não há uma linha sobre a política familiar, nem sobre o abono de família, nem sobre a protecção às famílias numerosas, nem sobre nenhum outro aspecto relevante desta matéria. O programa, contudo, preocupa-se e muito com o chamado «planeamento familiar», numa época em que os índices demográficos portugueses são assustadoramente negativos quanto à natalidade e ao envelhecimento da população. Isto para já não falar no regime das sucessões, na prioridade sugerida para o Estado, sobre os parentes próximos do falecido.

Outra matéria omisa no Programa é a do «ordenamento do território», várias vezes citado em diferentes capítulos mas nunca tratado nem sequer definido, salvo quando aparece erradamente confundido com a noção muito diferente de «planeamento urbanístico».

A omissão do ordenamento do território é, aliás, tanto mais grave quanto é certo que o Programa é muito escasso e muito tímido sobre a tão necessária e urgente política de regionalização. Esta apa-

rece sempre ou sob a óptica do Plano (regiões-plano, órgãos de planificação regional, etc.) ou sob a óptica dos melhoramentos locais e das subvenções às pequenas obras municipais.

Perguntamos nós: e então as regiões administrativas como autarquias locais, colocadas acima dos distritos e em substituição deles e eleitas directamente pelos cidadãos eletores? Como, e quando, pensa o Governo dar cumprimento aos artigos 256.º e seguintes da Constituição? Eis outra lacuna grave, que à primeira vista não tem explicação plausível, senão a do espírito centralizador e lisboeta de que o Programa do Governo dá vários exemplos em diferentes capítulos.

Entre este modelo napoleónico de uma administração pública concentrada na capital e os elogios simpáticos contidos no Programa oficial do Partido Socialista às comunas da Jugoslávia e da China Popular (*risos*), não haverá lugar para o municipalismo tradicional português no âmbito de uma regionalização moderna e eficaz?

Sr. Primeiro-Ministro, disse V. Ex.º, no seu discurso de anteontem que Portugal se encontra a braços com uma crise económica e que essa crise é grave. O CDS há muito que vem dizendo isso mesmo e congratula-se pelo facto de o Governo socialista declarar agora aquilo que o Partido Socialista tardou tanto tempo a reconhecer, sobretudo quando teve a responsabilidade de importantes ministérios económicos e financeiros durante os Governos Provisórios.

Será o modelo contido no Programa do Governo capaz de vencer a crise económica? São legítimas a esse respeito grandes dúvidas.

Desde logo, porque o Programa não começa por onde devia começar, isto é, por uma análise precisa e global da situação da economia portuguesa. Como se pode receber a terapêutica adequada sem primeiro fazer o diagnóstico?

(*Risos.*)

Depois, o Programa não apresenta os problemas económicos, financeiros e monetários com um todo que na realidade são. Falta-lhe aparentemente uma visão de conjunto: aquilo que deveria ser uma política conjuntural imediata, necessariamente global, aparece disperso por vários capítulos e nem sempre a compatibilidade entre umas medidas e outras surge assegurada.

Por outro lado, a definição do sistema económico em que se vai viver e das regras do jogo também não é feita com clareza. O que é isso de coexistência concorrencial do sector público e do sector privado? Pode, de facto, haver concorrência entre o Estado e os particulares? Por exemplo: as empresas públicas e nacionalizadas vão pagar impostos como as privadas? E vão ver negados os subsídios que não sejam extensivos ao sector privado? E se não anularrem os seus *deficits*, admitir-se-á a sua falência? E na obtenção de crédito bancário, poderão ser preferidas por empresas privadas com melhores condições para o merecer? E nos concursos públicos, será proibida a prática, já iniciada entre nós, de fazer a adjudicação às empresas públicas ou nacionalizadas só pelo facto de pertencerem ao sector público?

O problema que se põe, em todas estas questões e em muitas outras, é este: qual a função real que o Governo destina à iniciativa privada nas áreas em que ela pode constitucionalmente exercer-se? É uma função primária ou secundária? O sector privado será de facto reconhecido, incentivado e protegido, ou apenas tolerado? Além disso, os investidores a médio e a longo prazos perguntarão: e por quanto tempo? As garantias que se dão agora valem para o plano quinquenal? E para além dele? A iniciativa privada, em suma, precisa de saber se existe, porque tem e terá o direito de existir, ou é admitida tão-somente para se vir a tornar supérflua?

Enquanto todos estes pontos não estiverem devidamente elucidados será difícil restabelecer a confiança necessária à recuperação económica.

Enfim, o Programa não parece muito desenvolvido e apurado quanto à selecção e hierarquização dos objectivos económicos a prosseguir. Se em relação à defesa da balança de pagamentos há muitas afirmações e medidas certas e razoáveis, o mesmo se não pode dizer do combate ao desemprego e muito menos da luta contra a inflação.

Ora, o objectivo da criação de emprego é fundamental, por todas as razões e sobretudo por razões de justiça social. Como vai agir o Governo nesse sentido? É fazendo, como indica o Programa, investimentos públicos capital-intensivos, que de pouca mão-de-obra necessitam? Qual o significado de um programa industrial que envolvendo a dispêndio de 90 milhões de contos criará apenas 20 000 novos empregos, quando temos quase meio milhão de desempregados? E a restrição substancial das importações? Já se pensou quantos trabalhadores lançará no desemprego?

Por outro lado, uma política expansionista de grandes investimentos e de criação de emprego, associada ao elevado *deficit* orçamental e ao aumento excessivo da massa monetária, tem totalmente efeitos inflacionistas enormes: onde está, porém, a política anti-inflacionista eficaz do Governo ou, em alternativa, uma eventual política de correcção monetária ou de indexação sistemática?

O CDS lamenta não ver no Programa do Governo uma saída segura para a crise económica portuguesa. Há nele um esforço para arranjar maneira de manter o barco a flutuar, mas não há lá mecanismos que permitam pô-lo a navegar. Estaremos nós destinados a não ser mais do que um país que sobrevive à custa da emigração maciça e de um endividamento nacional cada vez maior? As referências do Sr. Primeiro-Ministro à situação actual da Itália e de alguns países da América Latina — o menos que se pode dizer é que não são exaltantes. Aliás, o problema não é ainda, neste momento, o do nível total da nossa dívida externa: o problema é o do ritmo alucinante com que ela cresce todos os meses. Que se passará a este respeito no 2.º semestre de 1977 — pode o Governo dizer-nos?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não quereria terminar sem algumas considerações finais de carácter político.

Para quem tenha ouvido o discurso de anteontem do Sr. Primeiro-Ministro e para quem tenha lido o texto do Programa do Governo é patente que, em muitos pontos, o Governo que temos diante de nós

fez uma grande aproximação em direcção aos programas dos outros partidos, nomeadamente o do CDS. (*Risos gerais*.) Qual a intenção e o significado desta viragem, que o Programa do Governo representa, em relação ao programa do respectivo partido? Ao contrário do que seria de esperar, o programa de governo do partido vencedor das eleições assemelha-se muito aos programas de Governo dos partidos vencidos... Contradiz frontalmente os pressupostos ideológicos básicos do Partido Socialista. E mostra-se aberto à incorporação de sugestões vindas dos adversários, cuja colaboração aliás no Governo se rejeita.

Qual o exacto sentido e o verdadeiro alcance destas atitudes? Esperamos que sejam devidamente esclarecidas durante o debate.

Alguns pensam ver nelas o despontar do que se tem chamado o «sonho mexicano do PS». (*Risos*.) Nós, porém, e até prova em contrário, pensamos que se trata de outra coisa. Pensamos que o Partido Socialista chegou à conclusão de que a sua ideologia, a sua doutrina e os seus princípios não servem para resolver a crise que o País atravessa.

Este programa de Governo é, a nosso ver, a confissão de uma derrota doutrinal. (*Risos*.) E é também — o que é muito mais importante — a demonstração clara do fracasso do marxismo. (*Risos*.) Porque quando uma ideologia não dá para sair da penúria e apenas serve para gerir a abundância, ou para dar cabo dela, essa ideologia assina a sua própria sentença de morte.

#### *Risos.*

Não é de estranhar, portanto, vistas bem as coisas, que o Partido Socialista, ao tomar consciência das responsabilidades que pretendeu assumir sozinho, tenha sido obrigado a abandonar as suas ilusões em busca de um realismo sem o qual não poderia governar. Não surpreende que essa necessidade de realismo lhe tenha sido satisfeita pelo estudo dos textos do CDS (*risos gerais*) e, em especial, pelo estudo atento do nosso «Plano global de reconstrução da economia portuguesa», publicado no início da campanha eleitoral de Abril passado e em vários pontos perfilhado no actual Programa do Governo. Não espanta, em suma, que no discurso de anteontem do Sr. Primeiro-Ministro houvesse frases inteiras iguais às dos nossos discursos eleitorais de Abril (*risos gerais*), nem espanta que no Programa do Governo haja soluções, esquemas e conceitos extraídos dos nossos textos principais (*risos*). Nada disso nos incomoda porque ficamos sempre satisfeitos quando vemos os nossos adversários aproximarem-se do que julgamos ser a verdade (*risos*), mas ninguém nos levará a mal que em relação às nossas ideias agora perfilhadas pelo Governo reivindiquemos, politicamente, os direitos de autor que nos são devidos.

#### *Risos gerais.*

Por outro lado, e como é natural, acontece que em matéria de economia social de mercado, a que o Programa do Governo agora adere, nós somos mais conhecedores e mais competentes, como velhos adeptos, do que os socialistas, só recentemente convertidos. (*Risos*.) Por isso, o que foram buscar às nossas declarações e aos nossos programas não aparece, em muitos casos, bem traduzido, ou bem enquadrado, ou bem

desenvolvido, no Programa do Governo. Este fica assim afectado por um gérmen de incoerência — que a prática confirmará, se for fiel ao texto, ou poderá anular, modificando o próprio Programa num sentido mais conforme à lógica do sistema.

Seja como for, e também por isso mesmo, o mais importante de tudo é saber como vai ser executado este Programa do Governo. Será um governo minoritário capaz de levar a bom termo a tarefa que com temeridade se propõe realizar sozinho?

Nós pensamos que não, mas só o tempo o dirá.

Por agora, limita-se o CDS a declarar que, em sua opinião, não é este o programa para a situação em que estamos, nem é este o Governo para a crise que temos.

O debate dará certamente à equipa do Dr. Mário Soares a oportunidade de demonstrar o contrário. A bem de Portugal, oxalá o conseguisse!

Tenho dito.

#### *Aplausos dos Deputados do CDS.*

O Sr. Presidente: — Vinte e seis minutos, Srs. Deputados do CDS, foi o tempo preenchido pelo Sr. Deputado Freitas do Amaral.

Tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Se o Sr. Presidente me dá licença, eu falarei da bancada, precisamente para ter oportunidade de ver as reacções fisionómicas dos ministros (*risos gerais e aplausos do PS*), posição, aliás, que não está vedada a nenhum outros Deputados, segundo suponho.

Em nome do Grupo Parlamentar Socialista, venho a esta tribuna para apoiar o Governo presidido por Mário Soares e aprovar o seu Programa.

E nós, socialistas, procedemos assim porquê? Procedemos assim porque entendemos que a democracia não só é possível em Portugal, como também é necessária. E na presente conjuntura histórica, só um governo PS poderá viabilizar e consolidar a democracia em Portugal.

#### *Vozes do PS: — Muito bem!*

O Orador: — Em 25 de Abril de 1974 foi derrubada pelas forças armadas uma opressiva e dolorosa ditadura que mergulhou Portugal na noite mais longa da sua história. É-me particularmente grato saudar nos actuais Ministros da Defesa e da Administração Interna, tenentes-coronéis Firmino Miguel e Costa Braz, os representantes desse movimento democrático e progressista que tão bem soube interpretar as aspirações mais profundas do povo português...

#### *Aplausos dos Deputados do PS, PPD e CDS.*

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado: Dê-me licença que interrompa a sua intervenção para o informar, a propósito de fotografia, de que a televisão parece ter grandes dificuldades em transmitir directamente a sua intervenção do lugar em que se encontra.

O Orador: — Eu prescindo, porque não sou fotográfico.

#### *Risos.*

O Sr. Presidente: — Bom, isso é com V. Ex.<sup>a</sup>

O Orador: — Confesso a minha inferioridade em face dos restantes Deputados que usaram da palavra e, portanto, reconhecendo essa inferioridade, falo da bancada.

*Risos.*

Neste momento assumiu a presidência o vice-presidente Sr. Deputado António Arnaut.

O Orador (*continuando*): — ..., saudações essas tanto mais justas quando é certo que os actuais Ministros da Defesa e da Administração Interna foram daqueles que, ao longo de todo o processo revolucionário iniciado em 25 de Abril, sempre se mantiveram fiéis, denodada e corajosamente, aos ideais patrióticos e democráticos da Revolução. De 25 de Abril até agora muitos acontecimentos se verificaram em Portugal. Não cabe aqui fazer a sua história. Todos nós neles participámos. Antes de mim, usaram da palavra, entre outros, o Sr. Dr. Álvaro Cunhal, que foi um influente Ministro de vários governos provisórios e cuja actividade teve o condão de fascinar a atenção pública nacional e internacional durante um largo período de tempo; o Sr. Prof. Sérvelo Correia, que também fez parte de um governo provisório, onde tive o privilégio de apreciar as suas elevadas qualidades de competência e penetração. Recentemente, também, falou o Sr. Prof. Freitas do Amaral, que nos brindou com uma verdadeira lição catedrática de alto nível, a que já não estávamos habituados (*risos*) e também foi um membro destacado do Conselho de Estado revolucionário, cuja inclusão no Governo Provisório se não efectivou não porque o Partido Socialista se tivesse oposto a isso, mas porque outras oposições se levantaram a esse desejo do CDS. Creio que falará também depois o representante da UDP, Sr. Deputado Acácio Barreiros, que está estreitamente ligado ao ideário político do Sr. Major Otelo Saraiva de Carvalho, cujo papel de relevo no 25 de Abril é de elementar justiça reconhecer, apesar das divergências que nos separaram.

Embora o 25 de Abril se tenha operado sob o signo de um pacto perfeitamente claro e definido — o Programa do MFA —, a verdade é que desde então até agora várias forças políticas se têm preocupado em modificar o sentido originário desse pacto de liberdade, de descolonização e de progresso, fazendo intervir no decurso dos acontecimentos factores estranhos ao sentir popular e à vontade nacional. Não obstante todas as dificuldades inerentes ao processo revolucionário e democrático, não obstante o agravamento das próprias condições económicas em Portugal, derivado do êxodo dos refugiados e das sequelas de descolonização — factos que todos os oradores precedentes quiseram deliberadamente ignorar —, apesar de todas essas dificuldades, o facto é que a revolução portuguesa se pode apontar como uma revolução exemplar, sem efusões de sangue, sem guerra civil, embora dela nos tivéssemos aproximado perigosamente, mas com calor, com entusiasmo e com afrontamentos corajosamente assumidos. Alguns fugiram, mas os socialistas não fugiram (*aplausos do PS*), nem nunca tiveram guarda-costas a protegê-los, nem mesmo quando foram Ministros (*aplausos do PS*). Apesar de todas estas dificuldades, a democracia triunfou. E a

melhor prova de que ela triunfou é esta sessão da Assembleia da República, onde o I Governo Constitucional se apresenta para, nos termos e de harmonia com a Constituição, iniciar o seu mandato.

E quem é o principal responsável pelo triunfo da democracia em Portugal? Quem foi o autor da Constituição, numa Assembleia Constituinte constantemente denegrida por uns, que libertavam a sua obra com o adjetivo de «social-marxista», e por outros, que nela viam uma excrescência burguesa a suprimir imediatamente? Quem foi o autor da Constituição que ora nos rege?

O responsável pelo triunfo da democracia em Portugal foi o Partido Socialista.

*Aplausos do PS e protestos do PPD.*

Dentro da Assembleia e fora da Assembleia Constituinte, dentro do Governo e fora do Governo, nos locais de trabalho, nos sindicatos, nas cidades e nos campos o Partido Socialista dinamizou e orientou a luta popular para uma democracia política e económica, para o socialismo em liberdade, de harmonia com o princípio de que não há liberdade sem socialismo, nem socialismo sem liberdade.

*Aplausos dos Deputados do PS.*

Em duas eleições parlamentares sucessivas o povo escolheu-o como o partido político mais representativo, como o seu partido maioritário.

*Uma voz do PPD:* — E sempre a crescer!

O Orador: — Por último, mas eleições presidenciais, o candidato por ele apoiado, general Ramalho Eanes, afirmou desde o início que, se fosse eleito, chamaria o Partido Socialista e Mário Soares para constituírem governo, a fim de aplicarem obviamente o seu Programa de Governo, que não mereceu a aprovação no exame que lhe fez o Sr. Prof. Freitas do Amaral, mas que foi aprovado pelo povo e que o foi também pelo general Ramalho Eanes, na sua campanha para a Presidência da República, quando fez a declaração expressa de que incumbiria o Partido Socialista e Mário Soares de constituir o governo para aplicarem o seu programa. (*Risos de Deputados do PPD.*) E o Presidente da República, cumprindo a sua palavra, cumpriu também o voto popular. É necessário não o esquecer.

Nos termos do artigo 191.º da Constituição, dos programas dos governos constitucionais que se apresentarem a esta Assembleia terão de constar «as principais medidas políticas e legislativas a adoptar ou a propor [...] para a execução da Constituição».

Nos termos da Constituição, não é lícito, enquanto esta Constituição estiver em vigor, apresentar propostas ou medidas para violarem ou contrariarem o que está disposto na Constituição.

*Vozes do PS:* — Muito bem!

O Orador: — É preciso que os Srs. Deputados que invocam os direitos democráticos não esqueçam também esse preceito constitucional.

*Uma voz do PS:* — Muito bem!

O Orador: — Quer dizer isto que, nos termos da própria Constituição, os governos constitucionais têm

de cumprir a Constituição transplantando os seus princípios para a realidade social, através da actuação governativa. Ora, salvo o devido respeito pelas opiniões contrárias, só o PS mostrou, pela sua actuação, estar de acordo com a Constituição, por ele, aliás, elaborada no fundamental.

A Sr.<sup>a</sup> Maria Emilia de Melo (PS): — Muito bem!  
*Risos do PPD.*

O Orador: — Todos os demais partidos, quer pela sua conduta parlamentar, quer pela sua conduta extra-parlamentar, mostraram estar em desacordo com ela em vários pontos fundamentais, como, aliás, hoje transpareceu em várias suas intervenções.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Orador: — Parece, portanto, que só o PS está em condições de sinceramente a cumprir e executar. Para nós seria dificilmente concebível que alguns partidos se propusessem governar para cumprir e executar uma Constituição que, por palavras ou por actos, sempre combateram.

A democracia não consiste apenas em regras aritméticas descobertas apressadamente há alguns meses. Da democracia também fazem parte a coerência, a lógica, a sinceridade, o respeito pela vontade popular e pelos compromissos assumidos, a garantia das liberdades públicas e da observância do pacto constitucional. Se o PS não honrar os seus compromissos, em qualquer momento o actual Governo poderá ser substituído ou pelo Presidente da República ou por esta Assembleia, nos termos da Constituição. Tentar neste momento outra fórmula governativa, isso, sim, seria desrespeitar a Constituição e a vontade popular. Tal não acontecerá. Pelo menos é esse o nosso desejo e o nosso voto. O Governo PS é na presente conjuntura histórica não só um imperativo democrático, como um acto de justiça histórica e nacional.

A Sr.<sup>a</sup> Maria Emilia de Melo (PS): — Muito bem!

O Orador: — Não vou entrar na análise sectorial do Programa do Governo. Outros camaradas meus o farão.

Mas queria focar tão-só dois pontos que se me afiguram importantes para a compreensão da filosofia geral do programa governamental.

O Programa do Governo propõe-se dar corpo ao modelo de relações económicas e políticas definido na Constituição, que é um modelo pluralista e democrático, de aspiração socialista. O seu modelo não é uma reverência mimética a qualquer sol descoberto em peregrinações pelo estrangeiro (*risos*), nem importado de experiências alheias. O seu modelo é constitucional, ou seja, escolhido pela vontade do povo português.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Orador: — Nós, socialistas, pensamos que a exportação dos modelos político-económicos é sempre um acto de imperialismo cultural, prenunciador de outras formas de dominação.

A Sr.<sup>a</sup> Maria Emilia de Melo (PS): — Muito bem!

O Orador: — Ora, nós não descolonizámos as ex-colónias para de seguida nos deixarmos colonizar por outrem.

*Aplausos dos Deputados do PS.*

Deixamos a actividade mercantil de importação e exportação de modelos políticos e económicos para quem isso nisso encontrar prazer ou proveito. Nós, socialistas, rejeitá-la-emos e combatê-la-emos como sempre o temos feito.

O modelo económico a que o Governo deve obediência encontra-se definido no artigo 89.<sup>º</sup> da Constituição, que prevê três sectores de propriedade: o público, o cooperativo e o privado.

Todas essas formas de propriedade têm de ser respeitadas, e serão respeitadas, nos seus domínios próprios.

A experiência ensina que a socialização radical e súbita de toda a economia provoca uma destruição e desorganização das forças produtivas e dos serviços, que conduzem necessariamente a uma economia de guerra, para a aceitação da qual é necessário o recurso a métodos ditatoriais e de repressão brutal de tipo estalinista. Ora, os Portugueses não querem isso. Houve quem o tivesse tentado. Mas nós, socialistas, opusemo-nos, e à nossa oposição se deve o não se ter substituído a sujeição fascista por uma outra sujeição de figurino diverso. Será na concorrência entre os vários sectores de propriedade definidos no artigo 89.<sup>º</sup> da Constituição que assentará o modelo económico do socialismo em liberdade português. E será pelo dinamismo e eficácia dos sectores público e cooperativo, postos ao serviço da comunidade nacional, e não de clientelas partidárias ou controladores profissionais ...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... que o povo português, em inteira liberdade e através do exercício dos direitos democráticos, ajuizará do modo como deverá construir e organizar o seu futuro. Para aqueles que raciocinam obsessivamente à base de citações, lembrar-lhes-emos que já Engels advertia que só uma transformação gradual da sociedade pode assegurar um socialismo de abundância. Esse modelo concorrencial e democrático de socialismo tem de assentar não em doentios ceticismos ideológicos traduzidos à pressa, mas em realidades acessíveis à imensa maioria do povo, e terá de conquistar pela sua prática e eficácia o assentimento popular, o qual apenas será legítimo se expresso democraticamente e em liberdade e não extorquido através de novas ditaduras e da denegação da liberdade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Só poderá haver recuperação capitalista se a propriedade pública ou cooperativa não corresponder em resultados práticos e concretos, reais e acessíveis, ao lugar cimeiro que a Constituição lhe reserva. E isto não agredindo a propriedade privada, agressão em que os gonçalvistas tão tristemente se celebrizaram, mas tão-só concorrendo com ela. Por outro lado, é absurdo e estalinista não respeitar lealmente a iniciativa privada, no domínio que lhe é reservado e onde tantas vezes o empreendedor de-

sempehna um grande papel no seu funcionamento económico e eficaz, que não pode ser menosprezado ou desconhecido. O socialismo preconizado pela Constituição é o democrático e não o policial. Para polícias políticas já nos bastou a PIDE.

O fascismo corporativo legou-nos, além da sobreexploração dos trabalhadores industriais, uma agricultura degradada, assente na miséria dos trabalhadores rurais, e que, pelo seu atraso técnico, se tem revelado ser um dos factores mais graves da nossa dependência económica, sobretudo numa conjuntura económica internacional em que os técnicos admitem que até ao ano de 2000 persistirá uma insuficiência alimentar mundial, com todas as incertezas daí resultantes.

A revalorização do campo, a dignificação da agricultura, a eliminação da contradição entre a cidade e o campo, são também uma tarefa urgente do Governo. Há que levar a cidade ao campo e não trazer o campo para os bairros de lata das cidades, como o fez o fascismo.

*Aplausos dos Deputados do PS.*

O Papa Paulo VI lembrou recentemente que não se poderá resolver a crise alimentar mundial sem a participação e a dignificação dos que trabalham na terra e se a agricultura não ascender ao lugar que por direito próprio lhe compete.

E este preceito da ética terá de prevalecer contra todos os egoísmos.

Aqueles que têm o cristianismo e que o evocam pelos lábios é também necessário que pelos seus actos e pelo seu comportamento tomem na devida consideração este ensinamento.

*A Sr.ª Maria Emilia de Melo (PS): — Muito bem!*

**O Orador:** — Um programa é um começo. O Programa do Governo PS será o início de uma nova era na história de Portugal, uma era de concórdia e grandeza nacional para todos os portugueses. Por isso nós, socialistas, o apoiamos.

*Aplausos dos Deputados do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados: Está inscrito a seguir o Sr. Deputado Acácio Barreiros. Temos indicação na Mesa de que pretende usar da palavra durante 30 minutos. Parece-me, porém, chegado o momento de fazer o intervalo habitual. Todavia pergunto ao Sr. Deputado se pretende usar da palavra imediatamente ou depois do intervalo. A si, Sr. Deputado, lhe competirá decidir.

*Pausa.*

Como o Sr. Deputado não se opõe, afigura-se-me conveniente fazer agora o habitual intervalo de 30 minutos.

O Sr. Presidente Vasco da Gama Fernandes pede aos presidentes dos grupos parlamentares para se realizar agora uma reunião no seu gabinete. Peço, por isso, aos Srs. Presidentes dos grupos parlamentares ou aos seus representantes o obséquio de no intervalo comparecerem no gabinete do Sr. Presidente.

A sessão está suspensa por 30 minutos.

*Eram 17 horas e 45 minutos.*

**O Sr. Presidente (Vasco da Gama Fernandes): —** Está reaberta a sessão.

*Eram 18 horas e 30 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

**O Sr. Acácio Barreiros (UDP): —** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, membros do Governo, povo trabalhador de Portugal: Antes de mais, a União Democrática Popular é o partido presente nesta Assembleia que tem menos direitos. Foi-lhe distribuído menos tempo do que aos outros partidos e seguramente ser-nos-á muito difícil expor as nossas críticas ao Programa dentro das limitações do tempo que, por decisão antidemocrática desta Assembleia, nos foi atribuído.

Este facto concreto é o primeiro dado que queremos dar ao povo português sobre os bonitos discursos acerca das liberdades democráticas que os Srs. Doutrinadores estiveram a fazer até aqui.

*Risos.*

Mas passemos à apreciação do Programa do Governo.

Quer na intervenção do Sr. Primeiro-Ministro na última segunda-feira, quer no texto do Programa de Governo do PS, existe uma nota geral pessimista que a UDP repudia vivamente. Segundo a linha da campanha presidencial do general Ramalho Eanes, o Dr. Mário Soares apresenta um quadro da crise gravíssima a que chegámos e atribui a raiz da crise, em grande parte, ao que chama «os excessos da Revolução», ao clima de violência, de ódio, etc.

O povo português sabe que a situação a que chegámos se deve à falta de firmeza no combate ao fascismo e ao imperialismo. Levou-se quase um ano a iniciarem-se as nacionalizações, entretanto os capitalistas andaram à rédea solta em falências fraudulentas, a fugirem com milhões de contos para o estrangeiro. A Reforma Agrária iniciou-se quase um ano depois do 25 de Abril, quando em S. Bento os partidos da coligação tentavam convencer os latifundiários a ceder às reivindicações dos trabalhadores para não perderem tudo e a repetir até à exaustão que a situação era muito complexa.

Quanto à descolonização, em vez de uma política firme e clara, seguiu-se uma política de compromissos, procurando preservar os interesses dos grandes monopolistas e dos americanos.

Mas o povo também aprendeu rapidamente. E ao cabo de dois anos vê claramente que de facto é preciso acelerar o alargamento das conquistas populares, encontrar uma solução revolucionária e popular para a crise.

O povo não quer fugir aos sacrifícios. Só que não aceita sacrifícios para encher os bolsos aos velhos senhores.

O povo quer um programa que seja um programa de luta antifascista e anticapitalista. O povo vê o fascismo a crescer de dia a dia, e vê os grandes monopolistas a preparar o seu regresso e a fazerem arrogantes exigências através da CIP. E se eles estão tão fortes é porque os golpes que receberam desde o 25 de Abril foram pouco fundos. Ora o Governo PS não propõe aprofundar esses golpes. Pelo contrário,

propõe ao povo que ande para trás. Por isso os milhões das indemnizações aos grandes capitalistas, o direito de reserva aos latifundiários, a liberdade de especulação na construção civil e o espezinhar das conquistas dos moradores pobres. Por isso os ataques à unicidade sindical, as ameaças de restrição ao direito à greve e às outras formas de luta dos trabalhadores. Por isso a submissão incondicional aos americanos, à NATO e ao imperialismo. Por isso falar em «maioria presidencial». Por isso os aplausos do CDS e do PPD.

Por mais que a direcção do PS diga que o 25 de Novembro restitui Portugal à verdade do 25 de Abril o povo sabe que isso é mentira. Com o 25 de Abril os pides foram para a cadeia e os antifascistas para a liberdade. Com o 25 de Novembro saíram os pides e para a cadeia foram os heróis do 25 de Abril. Com o 25 de Abril os oficiais spinolistas não aguentaram a máscara democrática muito tempo. Com o 25 de Novembro regressam aos quartéis de novo, transformados em heróis. Com o 25 de Abril as armas dos soldados não se viravam contra o povo pobre, os moradores pobres e os operários tinham o exército a seu lado; ao passo que com o 25 de Novembro já os Comandos invadem herdades alentejanas e a PSP e a GNR voltam a disparar impunemente sobre o povo; o terrorismo cresce, os senhorios sobem as rendas, os patrões voltam a reprimir os trabalhadores.

O povo quer o 25 de Abril e não o 25 de Novembro.

O PS tenta convencer-nos que há uma porta de direita que nos leva ao socialismo. Também os oficiais do Grupo dos Nove quiseram-nos convencer do mesmo há uns meses atrás e o povo pôde ver que a partir daí as forças de direita não pararam de crescer. Repetir agora o mesmo erro seria uma comédia a que a UDP não se associa.

Embora venhamos a tomar uma posição mais por menorizada no decorrer dos debates, iremos abordar desde já algumas questões mais salientes do programa do Governo.

Comecemos pelas questões do ensino.

Disse o Dr. Mário Soares que não podemos admitir que professores e estudantes, por medo de saneamento com base ideológica, não estudem nem trabalhem nas escolas. A UDP não pode deixar de protestar quanto a mais esta atitude conciliatória para com os fascistas que, hoje como ontem, sempre se opuseram ao progresso cultural, mantendo o analfabetismo e transformando a pouca instrução dada num hino de louvor à exploração do povo português e das ex-colónias.

Os saneamentos de fascistas que se fazem nas escolas não são feitos em bases meramente ideológicas, tal como aqui foi dito, mas fundamentalmente pela actividade desagregadora, antidemocrática e mesmo terrorista que esses elementos desenvolvem. Ou serão meras posições ideológicas as tentativas de paralisação do Liceu do Padre António Vieira e outros, onde os irmãos Baltasar comandam grupos nazis do JC e MRPP, cujo objectivo é a agressão física de estudantes antifascistas?

Ou serão meras posições ideológicas a propagação da prostituição e da droga junto dos estudantes e o desrespeito pelas reuniões e decisões democráticas a que tantos grupos de parasitas frequentadores dos cafés da Avenida de Roma nos habituaram?

A resposta é evidente e por isso não podemos deixar de apoiar as posições tomadas em assembleias democráticas de várias escolas do País, onde estudantes, professores e funcionários se têm oposto intransigentemente à reintegração dos saneados.

Esta é, de facto, uma condição essencial para que os milhões de contos gastos na educação não sejam dinheiro que o povo deita à rua.

Samora Machel foi aqui referido a propósito do conteúdo dos programas do ensino, do retorno aos valores culturais portugueses. Os textos de Samora Machel entram nos programas de ensino em substituição de textos colonialistas que aí existiam.

#### *Protestos de vários sectores da Assembleia.*

A que respeito vêm os ataques desabridos do Dr. Mário Soares a esses textos? Será que quer indicar outro autor anticolonialista mais correcto? Nós não conhecemos e regozijamo-nos em ver tão excelentes textos nos nossos programas de ensino (*risos*). Mas o problema não é o de substituir um autor anticolonialista por outro. O problema é que por detrás do pluralismo ideológico dos programas está a adopção de formas erradas de estudar a realidade, a recusa a uma firme formação antifascista e anti-imperialista dos nossos estudantes. Para exemplo do que dizemos, veja-se o feroz ataque de que tem sido alvo a Faculdade de Letras de Lisboa nos «pasquins» reaccionários em virtude de aí se darem cadeiras segundo uma perspectiva marxista.

A UDP apoia a revisão de programas do ensino na medida em que ela leve os estudantes mais perto dos problemas do povo e não os afaste deles.

Também a gestão democrática é alvo de ataques mais ou menos abertos no programa. Que fique bem claro que nos opomos à nomeação de directores em substituição dos concelhos de gestão democraticamente eleitos e que têm tido importante papel na consolidação de algumas das mais importantes conquistas do pós-25 de Abril, conseguidas no campo do ensino.

Estes são mais dois aspectos essenciais para que os milhões de contos na educação não sejam dinheiro que o povo deita à rua.

Para finalizar, uma última referência quanto ao ensino. Depois de ler um minucioso plano de quase duas páginas relativo à investigação científica e uma descrição do estado em que se encontram cerca de uma dezena de monumentos e outros bens patrimoniais a conservar, esperava encontrar com igual desenvolvimento o tratamento de uma pesada herança do fascismo: o analfabetismo. Mas tal não acontece. Esquecendo ou desprezando este elementar direito e aspiração de centenas de milhares de portugueses, sobretudo os nossos camponeses, o programa limita-se a duas afirmações gerais segundo as quais dará especial atenção aos que não tiveram acesso à educação na juventude e preparará alfabetizadores para que trabalhem seriamente na irradiação do analfabetismo.

A UDP quer saudar ainda as gloriosas tradições de luta dos estudantes portugueses que deram contributo ao derrube do fascismo e do colonialismo. O povo português espera que os estudantes continuem à altura dessas tradições e que nas mãos dos estudantes e professores as nossas escolas não sejam centros de estudo afastados dos problemas do povo, mas centros de

estudo vivo e verdadeiros baluartes da democracia e do socialismo.

O Dr. Mário Soares disse claramente que iria rever a Lei da Unicidade Sindical. A burguesia sabe bem que os sindicatos são os órgãos mais representativos dos trabalhadores e sabe também que os sindicatos são uma arma viva contra o aumento do custo de vida, contra o fascismo, os monopólios e todas as formas de exploração que se oponham aos interesses do povo. Para isso eles têm de estar devidamente organizados e representados por direcções identificadas com os interesses do povo.

Se após o 25 de Abril algumas direcções sindicais serviram a política golpista do Dr. Cunhal, através dos manipuladores da direcção da Intersindical, que mais não fez do que desviar os trabalhadores dos seus objectivos concretos, quer agora o Governo dar uma machadada numa das suas grandes conquistas e abrir caminho ao programa da social-democracia e criar várias centrais sindicais à semelhança do que se passa na Europa. Não pode ser interpretado de outra forma os ataques à Lei da Unicidade Sindical sem que faça qualquer defesa da unidade sindical.

A defesa do direito de tendência é minar a unidade sindical dos trabalhadores, preparando terreno para a criação de várias centrais sindicais, conforme as tendências partidárias. Aliás, os próprios lacaios do Dr. Cunhal na Intersindical estão a preparar o congresso, mantendo rígidas as estruturas da Intersindical para, no caso de perderem, saírem cá para fora e formarem a sua própria central sindical.

Os trabalhadores opõem-se terminantemente contra estas manobras de tentar sabotar a unidade sindical e lutarão por uma só central sindical única, democrática e revolucionária.

A ameaça à unidade dos trabalhadores é uma manobra que todos os reaccionários têm vindo a fazer desde há dois anos. O governo do Dr. Soares é agora o instrumento de que se serve a burguesia para concretizar essas ameaças e procurar legalizá-las, dando-lhes um ar democrático, mas o que o Governo pode contar é com a experiência que os trabalhadores adquiriram durante estes dois anos de luta, o que os leva a saberem definir claramente quem são os seus inimigos, vistam eles a pele que vestirem.

O Dr. Mário Soares disse que ia revogar a Lei da Greve. Os trabalhadores não deixaram de aplaudir essa medida. Mas a política do Governo só serviria os trabalhadores se o Dr. Mário Soares dissesse que não ia fazer qualquer lei, limitando-se a reconhecer o direito dos trabalhadores a usarem essa arma quando bem o entendessem. A greve é uma arma dos trabalhadores e a eles compete decidir da sua utilização.

Mas o Dr. Mário Soares pode ficar convencido de que os trabalhadores não aceitarão qualquer restrição a esse direito e passarão por cima de qualquer lei antigreve, como passaram por cima das anteriores.

Denunciamos ainda que o Dr. Mário Soares não se tenha pronunciado contra o carácter antipopular e antidemocrático ...

Uma voz do PS: — E anti-UDP!

O Orador: — ... da lei do *contrôle* dito de gestão. Os trabalhadores, de acordo com a Constituição, não admitem que o Governo se intrometa em assuntos que só aos trabalhadores dizem respeito.

As comissões de trabalhadores e comissões de moradores serão organizadas de acordo com a vontade e objectivos que os trabalhadores definirem.

A política do Governo para o campo é uma política antipopular cheia de palavras e promessas.

Diz o programa de governo do Dr. Soares que é preciso consolidar a Reforma Agrária e assegurar a rentabilidade das novas unidades de produção. Mas aquilo que fizeram os Ministros dos três partidos do VI Governo foi a concessão de indemnizações e de direitos de reserva aos latifundiários em termos tais que estes podem recolher os 50 000 pontos dentro das terras das cooperativas, incluindo o monte e outras instalações. Ora, será que se consolida a Reforma Agrária metendo os latifundiários dentro das cooperativas? Será que os piores inimigos dos assalariados, que durante quarenta e oito anos oprimiram e espezinharam os assalariados, tendo a GNR como tropa de choque a reprimir e a matar os melhores filhos do povo que lutavam contra a miséria, como a heróica Catarina Eufémia, podem vir agora a receber indemnizações e terras?

*Risos e manifestações de desagrado.*

Os trabalhadores assalariados, fartos de serem explorados, dizem que não e vão lutar decididamente contra isso.

Será que tirando terra e equipamentos às cooperativas e obrigando-as a pagar frutos pendentes se assegura a sua rentabilidade?

Será que o programa do Governo fala em novas expropriações?

Não! No entanto, milhares de hectares continuam ainda nas mãos dos grandes latifundiários, continuando a haver grande quantidade de desemprego.

Para além de tudo isto, o programa do Governo esquece o fundamental: é que os trabalhadores não vão permitir que se entregue a terra aos latifundiários e que os escorraçarão um a um, conforme as medidas de entrega forem sendo tomadas.

Os trabalhadores não aceitarão voltar ao 24 de Abril. A UDP, certa de que exprime com justeza os sentimentos dos heróicos lutadores assalariados, diz claramente: esta política de cedência, aos poucos, à pressão dos grandes latifundiários só pode levar ao regresso dos odiados latifundiários, ao regresso do fascismo.

Em relação aos pequenos agricultores, fala o programa na definição de uma política de preços. Sua fixação antecipada e que permita a garantia de preços mínimos para os agricultores. Pois isto é muito bonito, mas garantir preços aos produtores não chega: é necessário garantir a venda efectiva dos produtos, sem o que os intermediários se ficam a rir desses preços e compram como muito bem querem, com grande prejuízo para os agricultores.

Quanto ao crédito agrícola, o programa não é nada claro, deixando a dúvida se será ou não limitada a sua concessão. Tudo parece que sim.

Quanto aos preços dos adubos, rações, pesticidas, máquinas agrícolas, combustíveis, etc., não é dada nenhuma garantia de que não voltarão a subir.

O programa fala muito em promover e incrementar no sentido de elevar significativamente a contribuição da agricultura para a satisfação das necessidades alimentares da população e melhoria da sua dieta. Só que, como todos os camponeses já sabem, isto não vai ser aplicado, como não foi no VI Governo. Ao contrário, a submissão do Governo aos imperialistas vai levar à continuação dos pedidos de empréstimos para importar cereais e outros alimentos, em vez de aplicar esse dinheiro no fomento da produção nacional desses cereais e desses produtos, como justa compensação do trabalho e das canseiras dos pequenos e médios agricultores.

Este programa não aponta medidas nenhuma para aplicar a Lei do Arrendamento Rural, que os senhores ricos têm atirado para o caixote do lixo, sem qualquer oposição.

A política do Governo em relação ao campo é uma política de manter tudo como até aqui, continuando as únicas vítimas a ser os pobres do campo.

O programa económico do PS assenta na constatação de que a economia está em crise.

É um facto. Mas o que defende o PS para ultrapassar essa mesma crise económica? Nada mais nada menos do que apoiar e favorecer aqueles que são por ela responsáveis: os grandes capitalistas e os latifundiários.

Dois anos de Governo em que o PS e o partido cunhalista participaram conduziram à agudização crescente da crise económica, provocada pela política fascista.

De facto, foi a política reformista desses Governos que travou o movimento popular e impediu os grandes capitalistas de serem varridos e lhes fosse retirado por completo o poder económico que possuem. O que o PS pretende é prolongar e acentuar essa política (os cunhalistas lamentam-se de não estarem lá).

*Risos.*

O PS tenta convencer o povo de que para resolver a situação económica é preciso ajudar aqueles que a provocaram. E a burguesia reaccionária aplaude com as duas mãos essa política do PS.

De facto, os fascistas que conseguiram sobreviver graças à conciliação dos Governos Provisórios são hoje suficientemente fortes para impor leis ao Governo definitivo.

Neste momento os reaccionários apoiam-se no PS porque sabem que esse é o único partido que para já pode governar — como, aliás, têm aqui salientado bastante.

*Risos.*

Mas considera-o como uma situação transitória.

A burguesia começou por dispensar, precisamente porque já basta de reformismo, os serviços do Dr. Cunhal, que, como era de esperar, se encontra inconsolável.

*Risos.*

Mas não vai ficar por aí: o que os grandes capitalistas e latifundiários pretendem do PS é que ele tenha a triste honra de abrir caminho à aplicação das medidas mais reaccionárias, e, por isso, tome a peito a

difícil tarefa de fazer recuar a classe operária e os trabalhadores de todas as posições que estes ocuparam depois do 25 de Abril. E uma vez que sabem de antemão que o PS não poderá realizar essa tarefa sem um processo de autodestruição, preparam-se para o arredar do palco para que nele entrem os seus representantes directos e de toda a confiança: PPD e CDS.

*Risos.*

O PS apresenta um programa económico que contempla algumas das reivindicações que o grande capital monopolista apresentou antes das eleições pela boca do CDS, como aliás já reclamaram.

*Risos.*

Não é por acaso que o CDS diz que tão importante como a sua chegada ao Governo é ver os partidos que lá estão adoptarem as soluções que o CDS defende. O CDS tem apenas o apoio de uma pequena parte da população portuguesa, e sem os erros criminosos dos governos reformistas não teria apoio nenhum. A sua força provém do grande capital monopolista organizado na CIP, dos especuladores da construção civil e dos grandes empreendimentos turísticos, das grandes companhias que importam e exportam tudo o que se consome e produz no nosso país.

A CIP sente-se ainda com mais força para exigir ao PS o que quiser, porque o PS, ao confiar nas multinacionais e nos bancos estrangeiros com quem os Melos e Champallimauds têm relações de longa data, fiquem nas mãos dos maiores aliados estrangeiros da CIP.

E como o PS considera que é necessário conquistar a confiança destes inimigos jurados do povo, como é com eles que conta para relançar a economia, nada lhe resta a não ser fazer sua a política que eles exigem, ceder perante as suas reivindicações, transigir e conciliar. O PS alimenta a ilusão de que o grande capital monopolista pode ser apaziguado e aceitar uma solução de compromisso, que não seja bem a exploração feroz dos tempos do fascismo. Uma espécie de meio termo onde tudo teria lugar desde o Sr. António Champallimaud até às conquistas da Revolução, que foram obtidas contra o Sr. Champallimaud e companhia. Como se isso fosse possível, e como se os monopolistas estivessem dispostos a ter, em relação a si próprios, aquela moderação nas reivindicações que o PS não cessa de procurar incutir nos trabalhadores. O programa económico do PS assenta em três pilares que lhe foram sugeridos pelo CDS: o desemprego, a inflação galopante e o ataque do movimento sindical.

a) O programa económico do CDS tinha como uma questão essencial o uso das massas de desempregados como instrumento para quebrar os salários e obter a sua redução. O PS no seu programa eleitoral defendia, para quando fosse governo, o ataque imediato ao desemprego como ponto de partida para a sua política económica. Agora o PS vem defender um conjunto de medidas que em nada virão diminuir o elevado desemprego existente e tudo indica mesmo que irão contribuir para o aumentar.

b) O CDS defendia no seu programa a inflação galopante acompanhada da contenção de salários. O PS, que no seu programa eleitoral defendia a luta contra a inflação, vem agora, a pretexto de sanear financeiramente as empresas, planear um conjunto de au-

mentos que colocarão a economia à beira da taxa de inflação pretendida pelo CDS.

*Risos de Deputados do CDS.*

c) E para tornar eficazes estas medidas, o PS prepara um ataque aos sindicatos e aos direitos dos trabalhadores que, a obter pleno êxito, faria perder à classe operária o que ela conquistou após o 25 de Abril, e ameaça mesmo o que ela obteve ao longo de toda a sua luta. Aliás estiveram aqui, como se pôde ver, a reclamar mais medidas repressivas, paz na rua e nos espíritos.

*Risos.*

Neste campo já a legislação do VI Governo, que é uma amostra do que será a prática deste Governo, é de uma imaginação fabulosa: nesta estão previstas, desde a redução do tempo de trabalho, com redução simultânea dos salários, os despedimentos colectivos, as suspensões de trabalhadores, as reduções do salário nominal, através de variados pretextos, com a intervenção do Estado nas empresas, a reconversão das empresas e a declaração de sectores em crise. Mas a isto vem o actual programa do Governo a juntar, para satisfazer as exigências dos especuladores da construção civil e outros, o contrato de trabalho temporário como negação absoluta de direitos para o trabalhador, ideia esta que já estava prevista, como seria de esperar, no programa do CDS, como uma grande medida de «salvação nacional». Aplicando estes decretos e procurando a todo o preço enfraquecer os sindicatos, o governo PS vai empenhar todos os seus esforços na tentativa de reduzir os salários reais e restabelecer assim as taxas de lucro. Com isto pensa estimular os capitalistas privados e tornar atraente para os casar com as multinacionais ou seja, o PS procurará realizar, com alguma persuasão, o que o CDS se propunha realizar na base da força bruta.

Mas para isto ser possível há que destruir ou enfraquecer seriamente os sindicatos: o ar de triunfo com que o Dr. Soares anunciou da tribuna que vai ser revogada a lei da unicidade, anuncia a disposição em que se encontra o Governo de fazer do ataque aos sindicatos um dos eixos da sua política. Tal como o anúncio repleto de ameaças da revisão da Lei da Greve ou a disposição de passar a reprimir um certo número de formas de luta. Que trabalhador deixará de compreender que é a ele que o Governo ataca ao tomar medidas desta ordem? E como pensa o Governo que vai fazer os trabalhadores aceitar medidas deste tipo? Como, a não ser com o emprego das medidas repressivas que o CDS e PPD reclamam em coro, com algumas vozes dentro do próprio PS?

Mas ao mesmo tempo que o PS exige dos trabalhadores os mais rudes sacrifícios, ao mesmo tempo que fala de empréstimos forçados e do pagamento de 50 % do 13.º mês e dos subsídios de férias dos trabalhadores em papelinhos de dívida pública, retomando como sempre as sugestões do programa económico do CDS, o PS prepara-se para distribuir pelos monopolistas mais 30 milhões de contos sob a forma de indemnizações.

E não se pense que isto não é para já. O VI Governo tratou de publicar leis que permitem desde já aos capitalistas liquidar as dívidas gigantescas que

têm à banca nacionalizada por conta das indemnizações que venham a receber. Está-se já a ver que enquanto prega a austeridade aos trabalhadores e diz que não há créditos para os pequenos industriais e comerciantes o Governo financia os grandes capitalistas que foram atingidos pelas nacionalizações.

Para uns austeridade, para outros esta escandalosa generosidade. Perante esta intenção só nos resta fazer nossas as palavras dos trabalhadores socialistas da Setenave, que em recente comunicado afirmavam «necessário se torna saber distinguir, e isso devemos exigir do Governo, entre os pequenos investidores, como viúvas, reformados, emigrantes, pequenos agricultores, e os outros, as grandes famílias, os grandes sabotadores à actividade económica, a quem não deve ser permitido continuar a sugar o esforço dos trabalhadores. A todos esses a nossa sociedade nada deve, sentindo-se antes no direito de lhes exigir o que aos trabalhadores foi roubado ao longo de tantos anos e para o estrangeiro levavam à sucapa».

O Sr. Florival Nobre (PS): — Esses trabalhadores da Setenave apoiam o Governo PS, pá!

O Orador: — A cobrir esta política de reconstrução peça a peça do capitalismo monopolista, desorganizado pelo 25 de Abril, o PS fala da construção do socialismo e argumenta que a dimensão do sector público é a melhor garantia do carácter socialista da nossa economia. A acreditar nas suas palavras, pensar-se-ia que só existem em Portugal entregues à iniciativa privada um certo número de pequenas e médias empresas. Quando em todo o lado se vê o avanço dos grandes capitalistas e o reforço das suas posições. O PS procura apresentá-los como um conjunto de pobres diabos sem um tostão no bolso a quem é preciso ajudar.

Na verdade, o que se passa é que se encontram por nacionalizar grandes empresas privadas e o que o PS destina ao sector público é pô-lo ao serviço dos grandes interesses capitalistas e das multinacionais; com efeito, o sector privado quer receber do sector público mercadorias por baixo preço ou então quer competir vantajosamente com ele e asfixiá-lo aos poucos. Também aqui os planos do PS cedem às pressões da direita.

O que os trabalhadores exigem é que a crise não seja paga por quem sempre foi explorado. O que exigem é que sejam os ricos a pagar a crise que provocaram, é que as nacionalizações das grandes empresas prossigam até à liquidação definitiva do grande capital. É esta a única política possível para resolver a situação económica, melhorando a vida dos trabalhadores.

Mas este Governo, que se diz socialista, prefere financiar os grandes capitalistas, ceder às pressões da CIP e aceitar as reivindicações do imperialismo e do grande capital.

Por tudo isto, o programa económico apresentado pelo Governo é um programa que torna possível ao capital monopolista, às empresas multinacionais, aos especuladores da construção civil, aos industriais fascistas ganhar tudo o que perderam nos últimos dois anos. Ao fazê-lo o PS está a colocar-se nas suas mãos e a reforçar consideravelmente o seu poder. Vai dar-lhes todas as possibilidades de aumentarem

o conteúdo das suas reivindicações, porque por cada ponto do programa do CDS, que o PS consiga aplicar, maior será a sua dependência em relação a ele. E por isso mesmo lutar palmo a palmo contra cada uma destas medidas é a única possibilidade de travar a inflexão para a direita que o PS quer conduzir, e que se obtivesse êxito significaria entre outras coisas a sua própria destruição. E lutar contra tais medidas sem compromissos nem ambiguidades, porque, ao contrário do que defende o partido do Dr. Cunhal, é a própria gravidade da situação que torna mais perigosos os recuos e os compromissos. Porque a UDP não se vende nem vende os trabalhadores que nela confiam pelo prato de lentilhas de meia dúzia de lugares no aparelho de Estado.

Abordemos agora a questão da independência nacional.

O povo português sabe que os imperialistas americanos são os principais responsáveis pela situação de crise económica que o nosso país atravessa. No entanto, isto sempre foi cuidadosamente escondido pelos sucessivos governos, que com eles negociaram toda uma série de acordos, tratados e empréstimos.

Vejamos alguns números:

O maior *deficit* comercial que o nosso país tem com algum país estrangeiro é com os EUA. Assim, esse *deficit* passou de 1 milhão de contos em 1973 para 8,5 milhões de contos em 1975.

Este grande *deficit* comercial resultou de duas coisas: por um lado, os EUA deixaram deliberadamente de comprar exportações portuguesas (cortiça, concentrado de tomate, vinho, resina); foi com os EUA que, de 1973 a 1975, se verificou a maior quebra nas exportações portuguesas; por outro lado, os EUA aproveitaram o *contrôle* que têm sobre o comércio internacional de alimentos e de algumas matérias-primas para aumentarem o preço a que nos vendiam esses produtos. Com o apoio de grandes capitalistas portugueses passaram também a aumentar as vendas de matérias-primas a certas indústrias portuguesas com o objectivo de as tornar mais dependentes.

Para além de ser o país com quem temos o maior *deficit* de comércio externo, foi com os EUA que se verificou a maior queda de remessas de emigrantes. Sabendo que o grosso dessas remessas vão para os Açores, temos que esta atitude foi feita deliberadamente para criar dificuldades ao povo açoriano e dar azo às actividades das forças separatistas.

Os EUA foram também responsáveis por 30 % na queda de turistas.

Para além disso, é para os bancos americanos que os grandes capitalistas fazem sair grande parte dos capitais. É com o apoio das multinacionais americanas instaladas em Portugal que se dá essa fuga; são as multinacionais americanas as grandes responsáveis pelo aumento do desemprego no nosso país. É aos EUA que o Banco de Portugal continua a pagar todos os anos mais de 1 milhão de contos por conta dos empréstimos que os Americanos fizeram ao governo fascista para este continuar a guerra colonial.

Apesar de tudo isto, a actividade do Governo não promete ser diferente. Em vez de procurar uma política de fortalecimento e reconversão dos sectores dependentes dos Americanos, em vez de pôr os operários e técnicos desempregados e as Universidades a trabalharem para reconverterem rapidamente as empresas

multinacionais que têm feito o boicote económico, o Governo PS mostra-se disposto a vender o País a retalhos, a intensificar a intervenção americana na nossa economia, através de novos empréstimos e do apelo ao investimento estrangeiro. Mantendo a dependência dos Americanos, Mário Soares procura esconder que isso pode ser combatido através da unidade com os países do Terceiro Mundo, que têm conseguido, pela sua unidade, defender-se das leis impostas ao mercado internacional por Americanos e Russos.

O Governo dobra-se às exigências dos Americanos, pedindo-lhes em contrapartida que não boicotem a economia portuguesa. Mas os Americanos não estão interessados no Governo do PS, e tudo farão para impor um outro CDS/PPD, como, aliás, o Carlucci tem dito.

### Risos.

Esta cedência ao imperialismo vai desde já permitir as provocações antinacionais do agente da CIA Carlucci, até aceitar as exigências de Kissinger e outros bandidos imperialistas sobre a orientação da nossa política externa. Os ataques ao Terceiro Mundo, o prometido restabelecimento de relações diplomáticas com Israel e o namoro aos fascistas brasileiros, defendidos no Programa do Governo, não se compreendem de outro modo. Até parece que vamos voltar ao tempo em que os países árabes nos cortaram o petróleo porque o governo fascista cedeu as Lajes para o transporte de aviões americanos para Israel.

Diante das afrontas do imperialismo, o Governo do Dr. Soares seguirá a política de uma mão à frente outra atrás. (*Risos*). Diz que não se pode sair da NATO para não reforçar o Pacto de Varsóvia; afirma que irá negociar melhores acordos com os Americanos para as bases dos Açores, mas não é capaz de declarar a natureza antinacional da ocupação do solo português por tropas estrangeiras; fala em defender a independência nacional, mas ignora propositadamente as intromissões descaradas do *gangster* Sr. Carlucci na política nacional e nas forças armadas.

### Protestos de vários sectores da Assembleia.

O Sr. Presidente: — Peço a atenção do Sr. Deputado. O Sr. Deputado, para fazer as críticas que quiser, não tem necessidade nenhuma de se dirigir ao representante de um país, como os Estados Unidos, ou de outro qualquer, classificando-o como o acabou de classificar.

Vozes: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Peço a sua ponderação e, se tornar a repetir uma frase parecida com essa, que considero ofensiva da honra e consideração de um representante diplomático em Portugal, tenho de cortar-lhe a palavra.

Vozes: — Muito bem!

### Aplausos dos Deputados do PS, PPD e CDS.

O Orador: — Conhece perfeitamente as chantagens baixas praticadas pelas multinacionais sobre o Governo Português, as tropelias feitas aos trabalhadores

portugueses (como na Timex, na Grundig), mas adopta uma política de cedência para contentar a ganância imperialista; conhece de certeza os CDL, organizações clandestinas fascistas que distribuem comunicados nas forças armadas, mas não fala neles; também não desconhece de certeza as prisões de soldados e oficiais revolucionários nos quartéis por ousarem levantar a voz contra os oficiais reaccionários, mas nada diz sobre isso. A ingerência imperialista da NATO é tão descarada nas nossas forças armadas que já impõe que militar que seja de uma organização de esquerda ou que tenha alguém na família que o seja pode ser saneado. Não ignora certamente as pressões exercidas recentemente para que fossem demitidos das forças armadas oficiais que não eram da confiança dos dirigentes ianques, mas nem sequer levanta a voz contra tais saneamentos.

O Governo e o Dr. Soares conhecem tudo isto, mas cedem de forma indigna. São incapazes de tomar a única opção viável nestas circunstâncias, que é porem-se do lado do povo deste país, dos trabalhadores que são despedidos, dos soldados que são amesquinados, dos oficiais antifascistas saneados; são os trabalhadores, os soldados, os antifascistas e os patriotas, a grande maioria do povo português, o único baluarte seguro na luta contra as prepotências dos imperialistas norte-americanos, a única força capaz de expulsar a sua presença indesejável do solo português e, simultaneamente, garantir a inviolabilidade do País à intromissão do social-imperialismo russo. Tudo o que sair fora disto, toda a política que procure contentar a gregos e a troianos, acabará por contentar apenas a um deles. E nestas circunstâncias será sempre o povo a sofrer as consequências da falsidade destes Governos.

Todos estamos cientes de que as forças fascistas procuram dar cabo de tudo o que o 25 de Abril trouxe de bom ao nosso país e ao nosso povo. Sabemos também que o seu objectivo é restaurar a ordem violenta, discricionária e odiada do fascismo, manobram por mil formas para alcançar os seus fins, e os alvos imediatos são justamente algumas das conquistas mais caras do povo e algumas das figuras que bem ou mal deram passos importantes no sentido da libertação do País da opressão fascista. A descolonização, o desmantelamento da PIDE, são coisas difíceis de suportar para fascistas empedernidos. Uma das técnicas que utilizam para desprestigar e caluniar figuras políticas e militares e para denegrir conquistas irreversíveis do povo são os «inquéritos»; inquérito para o 25 de Novembro, inquérito para a descolonização de Timor, inquérito às sevícias pretensamente praticadas sobre os presos em estabelecimentos militares.

Nenhum destes inquéritos pode ser aceite como um documento idóneo, senão como uma farsa forjada para dar cobertura à avançada dos fascistas e para a liquidação política de figuras e conquistas que o povo português não deixará esmagar.

O amontoado de acusações gratuitas e caluniosas do relatório do 25 de Novembro não obedece a outro propósito que não seja mascarar o golpe reaccionário conduzido pelo general Eanes a conselho dos imperialistas americanos e alemães e queimar aos olhos do povo obreiro do 25 de Abril o general do povo, Otelo Saraiva de Carvalho.

*Protestos de vários sectores da Assembleia.*

O inquérito à descolonização de Timor mais não visa do que lançar uma nódoa sobre a descolonização, por inteiro destruir os laços de solidariedade e luta antifascista e anticolonialista que unem o povo português aos povos das antigas colónias.

O inquérito às pretensas sevícias é um instrumento de que se está a servir a direita para desprestigar as unidades militares, os soldados e os oficiais que souberam cumprir o seu dever e se puseram ao serviço das massas trabalhadoras. O seu objectivo é tentar apagar na memória do povo os actos de coragem revolucionária praticados por soldados e oficiais que se opuseram denodadamente ao fascismo e ao imperialismo. O seu fim é apagar a imagem de umas forças armadas defensoras do povo e, em seu lugar, instituir a imagem militarista e mercenarizada de umas forças armadas repressivas e ao serviço do capital.

O inquérito recentemente proposto nesta sala à Comissão de Extinção da PIDE deverá servir para apurar a responsabilidade dos implicados na libertação dos «pides», e não para fazer passar esses carascos por vítimas e o povo que pede justiça por carascos.

Não se enganem, porém, senhores inquiridores! Brincais com o fogo quando pretendéis fazer gato-sapato dos sentimentos e das aspirações antifascistas do povo português. Não permitiremos que os inquiridores fascistas levem a sua avante!

Todos estes factos são do conhecimento do Dr. Soares. No entanto, o seu silêncio é absoluto e a sua passividade é perfeitamente colaborante com as arremetidas reaccionárias. As alterações no Conselho da Revolução ansiadas pela direita, o regresso dos saneados e dos patrões que sabotaram as empresas, a libertação dos «pides», são coisas demasiado evidentes para que os antifascistas deste país se calem ou fiquem quietos. Um Deputado do PS, recentemente, insurgiu-se, e aplaudimos na devida altura, contra a libertação dos «pides». É estranho que fosse tão tardia a sua intervenção e que não se tivesse dado quando, repetidas vezes, daqui denunciámos as liberações escandalosas que aos magotes foram pondo a maior parte dos torcionários em liberdade ... e em segurança. Não podemos, porém, deixar de denunciar a manobra oportunista do PPD e do CDS, que, com o seu apoio de circunstância no protesto do Deputado do PS, visam levar avante, com mais um inquérito à sua maneira, os seus propósitos reaccionários.

Quando tudo isto sucede, que diz o Dr. Soares, Primeiro-Ministro? Por muito que espante, diz que Spínola deve voltar e que Champalimaud faz falta ... (risos) Spínola deve voltar para quê? Champallimaud faz falta a quem? Nenhum deles serviu o povo português, a não ser no dia em que saíram deste país! É lá por fora que devem ficar.

O povo português tem um símbolo de integridade e de devoção à causa da democracia e da liberdade; neste momento, se há homem público que incarne e assuma convictamente a defesa da unidade do povo, da luta antifascista, é Otelo, o general do povo!

*Apupos de alguns sectores da Assembleia.*

*Uma voz do PS: — General da Legião! ...*

**O Orador:** — Ao mesmo tempo que se fazem apelos constantes ao regresso de fascistas notórios, como Spínola, o Dr. Mário Soares permite que se man-

tenha o general Otelo com residência fixa e colabora na tentativa monstruosa de tentar silenciar as vozes do general do 25 de Abril e dos 800 000 votantes que o apoiam.

Ao fazer a promoção de Spinola e a apologia do 25 de Novembro o Dr. Soares faz o jogo da direita, serve-lhe os intentos. Como pode então fazer uma política popular? As meias-tintas deram sempre mau resultado, e em política acabaram sempre por abrir as portas à direita. As posições políticas e o Programa de Governo do Dr. Soares servem em toda a linha as exigências da direita — não podem, pois, ser classificadas senão como posições políticas de direita e programa de direita.

É um programa demagógico que serve a direita, que faz muitas promessas, mas que não vai resolver nada.

Não diz, por exemplo, como é que vai parar o aumento do custo de vida. Não fala uma única vez como é que vai combater os fascistas e reprimir os bombistas assassinos que destroem sedes e matam pessoas, queimam searas e pinhais. Fala em fazer respeitar a «democracia» através da «ordem e disciplina», mas não explica as medidas que vai tomar contra a PSP e a GNR, armadas até aos dentes, que assassinam trabalhadores, como fizeram em Beja, Setúbal, Custóias, etc. Quer acabar com a unicidade sindical, mas não diz o que é que vai fazer para que os patrões cumpram os contratos colectivos de trabalho. Fala em justiça, mas não diz quando e como vão ser julgados os «pidés».

O Programa refere-se aos Açores e à Madeira, mas não diz como vai acabar o terror fascista da FLA e as bases americanas nos Açores, nem como vai resolver os problemas do povo madeirense, que agora tem de pagar 1500 contos aos Americanos, que vão estudar a melhor forma de o explorar ainda mais. Fala em desemprego, mas não apresenta soluções para o problema dos desempregados, nem aponta a criação de novos postos de trabalho. Promete habitação digna, mas não diz como baixam as rendas de casa, nem como se resolve o problema da falta de creches, jardins infantis, escolas, etc. Diz que é preciso consolidar a Reforma Agrária, mas não fala em garantir a venda efectiva dos produtos, nem garante que os preços dos adubos não voltarão a subir. O Programa fala ainda no ensino, saúde, reformados, etc. Fala em tudo, mas não diz nada que interesse ao povo (*risos*).

No que se refere à política externa o Dr. Mário Soares define o estabelecimento de relações diplomáticas com os regimes fascistas do Brasil e Israel e com o Terceiro Mundo, particularmente os países árabes e a China. No que se refere às relações com Israel e os países árabes é mais que evidente que reconhece a política e o regime expansionista israelita: é, na prática, não reconhecer a luta dos povos árabes e significa retirar-lhes apoio nessas lutas.

Quanto à China, a UDP preconiza e apoia o estabelecimento imediato de relações com esse grande bastião do socialismo no Mundo, assim como exige relações com a Albânia, farol do socialismo na Europa (*risos gerais*). Queremos ainda denunciar que o Governo, ao mesmo tempo que procura estabelecer relações com a China, autoriza que a Anop trans-

mita comunicados mentirosos e insultuosos sobre a vida naquele país, o que decerto não facilitará de maneira nenhuma o estabelecimento rápido de relações diplomáticas entre os dois países.

Finalmente, em relação ao Brasil, a UDP não reconhece a ditadura fascista dos generais brasileiros e exige a libertação de todos os presos políticos e o repatriamento dos portugueses Alípio de Freitas e José Duarte. O nosso único reconhecimento é o da heróica luta do povo brasileiro contra a feroz ditadura militar fascista.

A UDP afirma, pois, que o Programa apresentado nesta Assembleia pelo Primeiro-Ministro não corresponde de maneira nenhuma aos interesses dos trabalhadores portugueses e revela de uma forma clara que mais uma vez se procura que sejam os trabalhadores a pagar a crise criada pelos roubos e especulação dos capitalistas. Os governos anteriores apresentaram sempre soluções reformistas para a crise, e a prova está à vista: os fascistas ganharam alento, fizeram o 25 de Novembro e hoje já atacam descaradamente por toda a parte.

Se o CDS, o PPD e todos os fascistas se atreverem a levantar a cabeça é porque a política reformista e de conciliação seguida pelo PS e a política golpista e de traição do partido do Sr. Cunhal conduziram a isso. A questão que se punha a este Governo era a de tomar uma opção clara: ou ceder aos fascistas e fazer um programa de direita ou colocar-se ao lado dos trabalhadores e tomar medidas sérias contra os grandes capitalistas e latifundiários. O governo de Mário Soares optou pela subordinação à NATO e ao imperialismo norte-americano e europeu. Portanto, coloca-se à partida contra os trabalhadores.

Um tal programa e um tal governo não podem governar sem estar contra os interesses daqueles que trabalham — os pobres — e a favor dos que nada fazem — os ricos. O CDS e o PPD, partidos do grande capital e do imperialismo, esfregam as mãos de contentes e pensam que daqui para a frente tudo vai ser fácil, mas estão enganados!

#### *Protostos da bancada do PPD e do CDS.*

A sua ambicionada «maioria presidencial» já falhou estrondosamente.

**A Sr.ª Helena Roseta (PPD): — Sua, de quem?**

**O Orador:** — Agora acenam com um «Governo de salvação nacional», mas o povo não quer nem um governo de salvação nacional dos fascistas, nem o estafado governo de esquerda dos cunhalistas; o povo quer um governo e um programa do 25 de Abril do povo e é por esse governo que ele vai lutar.

A UDP luta intransigentemente pela defesa dos interesses do povo trabalhador, e o povo vai lutar contra as medidas antipopulares e reacionárias que venham a ser tomadas pelo Governo. Que se desludam os fascistas, o povo não quer nem permite o regresso ao passado.

O movimento de unidade popular tem a sua própria solução para a crise do País. É uma saída revolucionária de liberdade, de progresso e de independência nacional em marcha para o socialismo.

É a saída que as próprias massas vêm indicando no decurso das suas lutas e que assenta em dois princípios essenciais:

- 1 — Para que o povo seja livre é preciso reprimir os fascistas;
- 2 — A crise não tem que ser paga pelos trabalhadores, mas pelos capitalistas, que a provocaram.

Esta solução popular, correctamente condensada nas bases do programa da candidatura do general Otelo, abrange dez pontos:

*Protestos de vários sectores da Assembleia.*

1 — As massas populares têm que gozar das mais amplas liberdades democráticas. Dissolução das forças repressivas. Acesso dos trabalhadores aos meios de informação.

2 — Os órgãos de vontade popular (comissões de trabalhadores e moradores, conselhos de aldeia, etc.) devem alargar os seus poderes.

3 — Sindicalismo unitário, democrático e revolucionário, independente da intervenção estatal ou partidária.

4 — Relançamento da economia com base no aumento da capacidade de consumo do povo. Garantia de trabalho para todos e de estabilidade dos preços. Redução do leque salarial e baixar os salários dos Deputados.

*Risos.*

5 — Avançar na nacionalização das grandes empresas, sem indemnização, colocando o sector nacionalizado sob o controle operário.

6 — Avançar na ocupação dos latifúndios e no apoio às cooperativas agrícolas.

7 — Desencadear a luta dos pequenos e médios agricultores para se libertarem dos intermediários parasitas e da opressão dos caciques: lei do arrendamento rural. Apoio do Estado aos pequenos produtores.

8 — Política de bem-estar: programa de habitação popular, Previdência controlada pelos trabalhadores, apoio aos emigrantes, democratização do ensino e da cultura.

9 — Política de independência nacional contra as superpotências. Saída da NATO, nacionalização dos monopólios estrangeiros, não alinhamento em blocos militares, relações privilegiadas com os países do Terceiro Mundo na base da solidariedade anti-imperialista.

10 — Fazer triunfar as liberdades democráticas nas forças armadas, tornando-as uma arma do povo na luta contra o fascismo para a defesa da Constituição e da integridade da pátria.

É por um governo que defende este programa que o povo vai lutar; um governo para poder cumprir este programa terá de ser um governo do 25 de Abril, do povo, um governo popular antifascista, patriótico e revolucionário.

A UDP chama os trabalhadores à luta pelos seus direitos, alerta os trabalhadores socialistas que ainda estão à espera para ver o que faz o Governo para olharem com atenção o Programa apresentado pelo PS, que contraria o próprio programa do vosso partido.

Chamamos as massas populares a reforçarem a sua unidade combativa e a lutarem pelo seu governo e pelo seu programa.

O programa para um governo do 25 de Abril, do povo, sai da luta diária das massas trabalhadoras contra a reacção e o capital. É esse o programa que defendemos e é por ele que nos batemos ao lado do povo.

Para nós, o Programa do Governo está claro; que os trabalhadores não se iludam, nem esperem soluções dele. Não há nada a esperar deste Governo, pois ele vai ser igual aos outros: de cedência em cedência vai abrindo as portas ao fascismo. A solução para a crise só pode vir da luta do povo.

A alternativa é só uma: governo do 25 de Abril, do povo.

**Vozes:** — Já!

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado da UDP usou da palavra durante 47 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Reis.

**O Sr. António Reis (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A tarefa de apreciação e discussão do Programa do Governo encontra-se à partida facilitada pela disposição constitucional que vincula esse Programa à apresentação das principais medidas políticas e legislativas a adoptar ou a propor ao Presidente da República ou à Assembleia da República para execução da Constituição.

Duas ideias ressaltam desde logo desta disposição: o Programa não precisa de ser exaustivo e completo — como, aliás, difícil seria exigir-lo —, pelo que perdem sentido certas críticas às omissões de determinadas medidas concretas pontuais ou à sua organização formal. O Programa, por outro lado, destina-se a executar a Constituição, pelo que a sua apreciação deve ser feita, antes de mais, à luz da sua maior ou menor conformidade com os preceitos constitucionais, e da sua maior ou menor capacidade para orientar a *praxis* transformadora da sociedade consagrada na Constituição, e não pode, por isso, ser feita à luz de programas ou estratégias partidárias anticonstitucionais.

Esta observação é tanto mais importante quanto é certo ser a Constituição não apenas um conjunto de esquemas formais para o funcionamento democrático dos Órgãos de Soberania e uma súmula de direitos, garantias e liberdades — como nas constituições de pendor simplesmente liberal —, mas também um conjunto de normas programáticas que estabelecem opções decisivas quanto ao modelo de sociedade que desejamos construir para Portugal.

Aliás, este carácter inovador do nosso modelo constitucional — a sua marca programática — resultou não de uma imposição unilateral do PS, mas das opções de todos os partidos representados na Constituinte, que não se eximiram a apresentar projectos de constituição dos quais constavam — em todos eles — normas programáticas e até ideológicas, aliás na sequência da forma como foi conduzida a campanha eleitoral de Abril de 1975, em que essas mesmas opções foram apresentadas ao eleitorado português.

Da confrontação democrática desses projectos com as suas diferentes inspirações resultou a actual Constituição, que, se, como não podia deixar de ser, reflecte as marcas fundamentais do projecto do nosso partido,

nem por isso deixou de ter em conta os contributos positivos — aliás, bem importantes — de outros partidos aqui representados.

**Vozes do PPD:** — Muito bem!

**O Orador:** — E é em função do carácter programático da Constituição que o seu artigo 185.º, n.º 2, é bem explícito quando afirma que o «Governo define e executa a sua política com respeito pela Constituição, por forma a corresponder aos objectivos da democracia e da construção do socialismo».

Estes objectivos encontram-se, aliás, claramente definidos nos princípios fundamentais e em alguns princípios gerais de cada título da Constituição.

Desses princípios ressaltam claramente o carácter democrático, unitário e independente do Estado Português, que estabelece como meta da sua actuação o socialismo, através da criação das condições para o exercício democrático do Poder pelas classes trabalhadoras.

São estes os princípios fundamentais que iluminam as diferentes partes da Constituição e, logo, o Programa do Governo. E é bem necessário lembrá-los aqui, quando alguns gostam de os menosprezar ou simplesmente pô-los entre parêntesis nas críticas e posições de fundo que tomam.

O certo, porém, é que, com a sua orientação programática e com os seus princípios fundamentais, a Constituição realizou aquilo a que já tive ocasião de chamar «um suave milagre constitucional».

Apesar das hesitações e críticas do PPD, apesar do voto contrário do CDS, apesar da subalternização a que a votou o PCP durante muito tempo, apesar da hostilidade sistemática da UDP, bem manifestada na Constituinte, ela é hoje, esta Constituição, aceite, invocada e até defendida com vigor por todos.

Por isso a Constituição surge-nos hoje como uma plataforma sólida de funcionamento do sistema constitucional indispensável para impedir surtos de desestabilização. Ela surge-nos igualmente como único terreno possível de encontro entre os diferentes partidos com responsabilidades na vida política nacional e isso apesar das eventuais leituras divergentes deste ou daquele ponto da Constituição. Aparece-nos, por outro lado, como orientadora de uma *praxis* que deverá articular o permanente respeito pelos princípios da democracia representativa, com o progressivo desenvolvimento do poder democrático dos trabalhadores.

A Constituição surge-nos assim e em resumo como o espaço de encontro democrático dos partidos e como o tempo de dinâmica transformadora da sociedade.

Logo, se assim é, a questão básica perante a qual os diferentes partidos aqui representados se devem confrontar é, a nosso ver, a seguinte: garante este Programa de Governo a execução da Constituição? Adequa-se aos objectivos constitucionais? Esta questão deve sobrelevar qualquer outra, nomeadamente qualquer colocação do problema em termos de adequação deste Programa de Governo aos objectivos estritamente partidários de cada uma das forças aqui representadas.

**Uma voz do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — A preocupação constitucional deve suplantar a preocupação partidária, e é nesse sentido que nós orientamos as nossas tomadas de posição nesta Câmara.

Levanta-se por isso a questão fundamental de saber se este Programa de Governo garante ou não a execução da Constituição. Até aqui, as diferentes posições que foram tomadas parecem ser unânimes ao afirmar que, pelo menos, o Estado democrático consagrado na Constituição, o Estado democrático baseado na soberania popular, no respeito pela vontade do povo livremente expressa, esse Estado democrático será servido pelo Governo do meu partido.

Onde parece surgirem, desde já, algumas divergências no horizonte deste debate é no que toca à capacidade para este Estado democrático, cujo poder executivo é representado por este Governo, assegurar a transição para o socialismo, ou seja, a tal criação das condições necessárias para o exercício democrático do Poder pelas classes trabalhadoras. E quanto a este ponto — capacidade de o Governo socialista assegurar a transição para o socialismo —, acabamos de verificar uma estranha sintonia de análises críticas da parte dos dois extremos desta Câmara: tanto o *leader* do Centro Democrático Social como os representantes do Partido Comunista Português e da União Democrática Popular parecem dar-se mutuamente razão no que toca à incapacidade deste Governo para operar a transição para o socialismo. Tal sintonia de posições entre os dois extremos da nossa Câmara acaba por ser extremamente tranquilizadora para nós, socialistas.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Importa, sim, perguntar, para além dos *slogans* mais ou menos bombásticos com que gostam de nos bombardear, quais são as condições efectivas para o exercício democrático do Poder pelas classes trabalhadoras e saber se essas condições estão mesmo asseguradas no Programa que o Governo nos apresenta. A primeira delas, a apropriação dos principais meios de produção, dos solos e recursos naturais, encontra-se sem dúvida alguma garantida pela firme determinação deste Governo em assegurar as nacionalizações já efectuadas e em prosseguir a Reforma Agrária. A segunda condição tem a ver com o desenvolvimento das formas mais genuínas da constituição do poder democrático dos trabalhadores: o *contrôle* de gestão, o desenvolvimento do cooperativismo, o apoio a experiências autogestionárias, estarão na base do desenvolvimento da propriedade social. Esta segunda condição aparece bem expressa em todo o Programa do Governo.

A terceira condição tem a ver com a definição de um plano de desenvolvimento económico-social devidamente participado pela população portuguesa. Ninguém de boa mente pode pôr em causa a existência dessa firme determinação no Programa do Governo. Aliás, o capítulo referente ao Plano e ao modelo de desenvolvimento é nesse capítulo determinante na economia geral do Programa deste Governo, à luz do qual devem ser interpretados e lidos os capítulos de ordem sectorial.

Por outro lado, uma outra condição aparece bem expressa logo nas páginas iniciais do Programa do Governo, quando este assegura querer desenvolver

uma política de informação e contactos permanentes, em especial com as classes trabalhadoras, sem discriminações ideológicas, representadas nos seus sindicatos, comissões de trabalhadores, cooperativas e organizações populares de base.

O Governo mostra estar atento igualmente, desta forma, à importância de certas formas de democracia de base, que, conjugadas com a defesa intransigente da democracia representativa, dão um traço original à nossa caminhada para o socialismo em liberdade.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Igualmente a política de independência nacional, de acordo com a Constituição — e eu devo lembrar que o artigo 7.º da Constituição aqui referido pelo Dr. Álvaro Cunhal foi em boa parte redigido pelo meu camarada Medeiros Ferreira, actualmente Ministro dos Negócios Estrangeiros —, iluminará toda a política externa que iremos desenvolver na base das directivas principais que integram o Programa do Governo neste capítulo.

Deste modo, importa perguntar muito simplesmente se de facto se podem considerar medidas pró-capitalistas, neste Programa, medidas como estas: estimular a iniciativa privada fora dos sectores estratégicos da economia, num contexto em que o sector público é o sector determinante para o arranque do nosso desenvolvimento económico. Espantam-me as críticas que foram feitas sobre este aspecto, sobretudo pelo Deputado da UDP, na medida em que a melhor tradição do marxismo-leninismo português — de que ele aqui gosta de se apresentar como arauto — sempre defendeu os pequenos e médios empresários em Portugal.

**Uma voz do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Quanto à legislação do trabalho, importa perguntar se medidas que terão como objectivo desenvolver a produtividade das empresas e que tenderão, por isso, a beneficiar sobretudo as grandes empresas nacionalizadas que serão o motor fundamental de arraque da nossa economia em transição para o socialismo, se essas medidas, que se encontram devidamente inscritas num plano que não se afasta um milímetro dos objectivos finais que a Constituição lhe assinala, são medidas pró-capitalistas.

Igualmente a cooperação com a Europa, as medidas de austeridade democrática do Estado, incluídas como estão neste plano global que respeita os princípios constitucionais, não podem de boa fé ser acusadas de medidas pró-capitalistas.

O contexto constitucional e programático demonstra que tais medidas são fundamentalmente instrumentos de consolidação das conquistas revolucionárias e, logo, instrumentos de construção do poder democrático dos trabalhadores.

Seja como for, verificamos, afinal, e até já como breve balanço de algumas posições aqui manifestadas neste hemiciclo, que este Programa tem a grande virtude de poder contemplar, por um lado, as preocupações de ordem democrática e até pragmática no sentido de recuperação imediata da crise económica tantas vezes manifestadas aqui pelo CDS e PPD, mas não deixa igualmente de contemplar as preocupações já expressas pelo Partido Comunista

de que se não deve recuar na via para o socialismo. Nesse sentido, o Programa parece operar uma síntese entre uma opção jurídico-política subjacente à Constituição inspirada numa opção, ela própria ideológica, mas não rígida nem dogmática, que se traduz na via democrática para o socialismo em liberdade, síntese entre esta opção e o pragmatismo inerente à necessária recuperação económica.

De facto, o socialismo e o marxismo não dogmático não têm horror ao pragmatismo, antes o integram e não procuram disfarçar com ele opções ideológicas bem conservadoras.

Em conclusão, se o Programa se destina a executar a Constituição, se a Constituição está devidamente aceite como a plataforma de entendimento entre todas as forças políticas democráticas, se o Programa dá garantias de respeitar as linhas fundamentais da Constituição e de garantir a sua execução, creio que este Programa deve merecer o consenso e o apoio de todos os partidos constitucionais, mesmo daquele que, tendo votado contra a Constituição, vem já no seu recente Congresso tentar adaptar o seu programa a algumas das linhas dessa Constituição.

**Uma voz do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Se assim é, parece-me incorrecto acusar o Programa ora apresentado de ser um programa que se procura aproximar do programa deste ou daquele partido. Efectivamente, o que se passa é que o Programa se aproxima fundamentalmente, sim, da Constituição, e os restantes partidos aqui representados, desde que a Constituição foi aprovada, têm feito um esforço, aliás bastante louvável, de aproximar os seus programas da Constituição.

**Uma voz do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — E é na medida em que os programas dos diferentes partidos aqui representados se procuram adaptar à Constituição que nos rege que se poderão divisar plataformas de proximidade entre este Programa e outros programas.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não foi o nosso programa que se aproximou dos programas dos outros partidos. Foram todos os programas dos partidos aqui representados que se aproximaram da Constituição, como referência fundamental a respeitar na vida política portuguesa.

Tenho dito.

*Aplausos dos Deputados do PS.*

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado António Reis falou durante vinte e um minutos. Portanto, o PS dispõe ainda de vinte minutos.

Temos ainda vinte e cinco minutos disponíveis. Se porventura alguns dos grupos parlamentares que tenham um saldo a seu favor quiserem aproveitar estes minutos, muito bem. Se porventura não quiserem aproveitar estes minutos, terei de encerrar a sessão.

Ninguém mais deseja usar da palavra?  
Nesse caso, amanhã haverá sessão às 14 horas.  
Está encerrada a sessão.

*Eram 19 horas e 35 minutos.*

*Rectificações ao Diário.*

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Assembleia da República, Excelência:

Tendo respondido à chamada na passada sexta-feira, dia 30 de Julho, estando no *Diário da Assembleia* assinalado como faltoso, pedia a V. Ex.<sup>a</sup> mandasse rectificar o erro.

Saudando V. Ex.<sup>a</sup>, subscrovo-me muito respeitosamente.

Palácio de S. Bento, 5 de Agosto de 1976.

*Eduardo José Vieira*, Deputado do PPD.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Secretário da Mesa da Assembleia da República:

Acabo de verificar, no *Diário da Assembleia da República* referente à sessão de 30 de Julho, hoje distribuído, que o meu nome é citado como tendo faltado à referida sessão.

Como tenho estado presente em todas as sessões até agora efectuadas, concluo que se trata de um lapso e peço portanto a respectiva rectificação.

Com os meus agradecimentos antecipados.

*Fernando Tavares Loureiro.*

*Deputados que entraram durante a sessão:*

Partido Socialista (PS)

Beatriz Almeida Cal Brandão.  
Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.  
Etelvina Lopes de Almeida.  
Jaime José Matos da Gama.  
José Luís do Amaral Nunes.  
Júlio Francisco Miranda Calha.  
Maria Emilia de Melo Moreira da Silva.

Mário Manuel Cal Brandão.  
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.  
Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.

Partido Popular Democrático (PPD)

Américo Natalino Pereira de Viveiros.  
Francisco Manuel Lumbreras Sá Carneiro.  
João Bosco Soares Mota Amaral.  
Joaquim Jorge de Magalhães Saraiva da Mota.  
José Theodoro Jesus da Silva.  
Nicolau Gregório de Freitas.  
Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.

Centro Democrático Social (CDS)

Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca.  
Carlos Martins Robalo.  
Henrique José Cardoso de Meneses Pereira de Moraes

*Deputados que faltaram à sessão:*

Partido Socialista (PS)

Amadeu da Silva Cruz.  
Luís Manuel Cidade Pereira de Moura.

Partido Popular Democrático (PPD)

António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.  
Cristóvão Guerreiro Norte.  
Mário Fernando de Campos Pinto.  
Pedro Manuel Cruz Roseta.

Centro Democrático Social (CDS)

Alcino Cardoso.  
António Simões da Costa.

Partido Comunista Português (PCP)

Ângelo Matos Mendes Veloso.  
José Alves Tavares Magro.  
José Manuel da Costa Carreira Marques.

O CHEFE DOS SERVIÇOS DE REDAÇÃO, *Januário Pinto*.

